

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
ÂNIMA EDUCAÇÃO

CAROLINA ROMIO TASSINARI
DENISE MAYUMI YAMADA
EDUARDO HENRIQUE ROCHA DE MORAIS
GABRIEL FERREIRA DE ANDRADE
JOÃO CARLOS MARQUI DE ASSUMPÇÃO
LEVI DE OLIVEIRA JUNIOR
MARCOS PATRICK DA SILVA AZEVEDO

**O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA VIABILIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA FUNDAÇÃO BRADESCO**

SÃO PAULO

2023

CAROLINA ROMIO TASSINARI
DENISE MAYUMI YAMADA
EDUARDO HENRIQUE ROCHA DE MORAIS
GABRIEL FERREIRA DE ANDRADE
JOÃO CARLOS MARQUI DE ASSUMPÇÃO
LEVI DE OLIVEIRA JUNIOR
MARCOS PATRICK DA SILVA AZEVEDO

**O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA VIABILIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA FUNDAÇÃO BRADESCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da Univer-
sidade Anhembi Morumbi como requisito pa-
ra a obtenção do título de Bacharel em Ciên-
cias Econômicas.

Orientadora: Dra. Alessandra Cavalcante de Oliveira

SÃO PAULO

2023

CAROLINA ROMIO TASSINARI
DENISE MAYUMI YAMADA
EDUARDO HENRIQUE ROCHA DE MORAIS
GABRIEL FERREIRA DE ANDRADE
JOÃO CARLOS MARQUI DE ASSUMPÇÃO
LEVI DE OLIVEIRA JUNIOR
MARCOS PATRICK DA SILVA AZEVEDO

**O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA VIABILIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA FUNDAÇÃO BRADESCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da Univer-
sidade Anhembi Morumbi como requisito pa-
ra a obtenção do título de Bacharel em Ciên-
cias Econômicas.

Orientadora: Dra. Alessandra Cavalcante de Oliveira.

São Paulo, 08 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. e Orientadora Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.
Universidade Anhembi Morumbi

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por ter nos dado forças, capacidade de discernimento e resiliência para superar as dificuldades ao longo do curso.

Aos nossos familiares por terem nos incentivado a persistir, por acreditarem no nosso potencial e por nos preparar desde cedo para o nosso dever cívico, nos direcionando as boas escolhas.

A todo corpo docente, pela sabedoria, dedicação e genialidade, em especial aos professores: Dr. Leandro Ramos Pereira; Me. Maiara Patti Gaulez; Me. Luis Carlos Borges; Me. Rafael Gomes Duarte; Me. Rocco di Nizo Neto; Me. Roberto Vital Anau; Me. Neiva Maria Sagioro; Me. Christian Fernandes Gomes da Rosa e Me. Sandro Toshio Uehara.

A professora orientadora, Dra. Alessandra Cavalcante de Oliveira pelo direcionamento e apoio na produção deste trabalho de conclusão de curso, além do habitual comprometimento, cordialidade, e amizade envolvidos.

“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes”.
(Adam Smith).

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Paulista

Curso: Ciências Econômicas

Orientadora: Dra. Alessandra Cavalcante de Oliveira

Acadêmicos: Carolina Romio Tassinari; Denise Mayumi Yamada; Eduardo Henrique Rocha de Moraes; Gabriel Ferreira de Andrade; João Carlos Marqui de Assumpção; Levi de Oliveira Junior; Marcos Patrick da Silva Azevedo.

São Paulo, 08 de dezembro de 2023.

Na tentativa de identificar as formas com que modelos de investimento social privado em educação, tais como a Fundação Bradesco, podem contribuir para a viabilização de resultados positivos em políticas públicas de ensino, a presente análise busca expor os resultados de desempenho acadêmico obtidos pelos escolares da Fundação Bradesco em avaliações institucionais e compará-los às apurações semelhantes realizadas nos alunos dos colégios públicos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Para melhor embasamento deste comparativo, o estudo consolida uma contextualização histórica do cenário de educação no Brasil capítulo 2 do texto, de modo que haja base conceitual historiográfica para as análises presentes nos capítulos subsequentes, bem como, define o termo “investimento social privado” e seus exemplares, ao avaliar o cenário brasileiro do modelo de investimento utilizado pela Fundação Bradesco, no capítulo 3. Além disso, a Fundação é descrita e suas características são detalhadas no capítulo 4, abordando-se o contexto de sua criação e seu desenvolvimento no século XXI. Com base na análise, concluiu-se que o modelo de investimento social privado da Fundação Bradesco contribui para a viabilização do progresso dos indicadores de desempenho escolar, a medida que a formatação de gestão financeira autônoma e descentralizada da Fundação apresenta-se como um exemplar para uma estruturação do fluxo de destinação de verbas educacionais.

Palavras-chave: Educação. Investimento Social Privado (ISP). Fundação Bradesco.

ABSTRACT

In an attempt to identify the ways in which models of private social investment in education, such as Bradesco Foundation, can contribute to enabling positive results in public education policies, this analysis sought to expose the academic performance results obtained by students from Bradesco Foundation in assessments and compare them to similar assessments carried out in public school classes by the Sistema Nacional de Educação Básica (Saeb), acronym for Basic Education Assessment System in English. For better foundation from this comparison, the study consolidates a historical contextualization of the education scenario in Brazil, in chapter 2 of the study, so that there is a historiographical conceptual basis for analyzing those subsequent chapters, as well as defining the term “private social investment” and its examples, when evaluating the Brazilian scenario of the investment model used by Bradesco Foundation, in chapter 3. Furthermore, the Foundation is described, and its characteristics are developed in chapter 4, addressing the context of its creation and its development in the 21st century. Based on the analysis, it was concluded that Bradesco Foundation private social investment model contributes to the viability of progress in school performance indicators, as the Foundation's integrated and decentralized financial management format presents itself as a exemplary for structuring the allocation flow of educational verbs.

Keywords: Education. Private Social Investments. Bradesco Foundation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição De Alunos Contemplados Pela Fundação Por Região do País	31
Gráfico 2 – Distribuição De Alunos Por Modalidade De Ensino	32
Gráfico 3 – Perfil Dos Alunos Por Vagas (%)	34
Gráfico 4 – Investimento Total Destinado Ao Custeio da Fundação (R\$ Milhões)	35
Gráfico 5 – Taxa De Aprovação Geral Dos Alunos Da Fundação (%)	37
Gráfico 6 – Resultados da Avaliação Institucional Fundação Bradesco na Escala SAEB	40
Gráfico 7 – Variação dos Resultados da Fundação Bradesco entre 2007 e 2017	42
Gráfico 8 – Média de Proficiências das Escolas Privadas na Escala SAEB	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de Escolas	30
Tabela 2 – Total de Alunos Contemplados Pela Fundação de 2011 a 2017	33
Tabela 3 – Distribuição percentual (%) de alunos, por rede administrativa, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita, 2017	39
Tabela 4 – Variação dos Resultados da Fundação Bradesco entre 2007 e 2017.....	41
Tabela 5 – Variação dos Resultados do Ensino Público entre 2007 e 2017	43
Tabela 6 – Variação dos Resultados do Ensino Privado entre 2007 e 2017	45
Tabela 7 – Comparativo: Fundação Bradesco, Escolas Públicas e Privadas em 2007	45
Tabela 8 – Comparativo: Fundação Bradesco, Escolas Públicas e Privadas em 2017	46
Tabela 9 – Taxa de Aprovação Educação Básica: Fundação Bradesco, Escolas Públicas e.....	47
Tabela 10 – Investimento por Aluno da Educação Básica em Valores Nominais (R\$).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IDE	Índice de Desempenho Escolar
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISP	Investimento Social Privado
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programme for International Student Assessment

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
2.1	A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO EDUCACIONAL REPUBLICANO.....	13
2.2	A REVOLUÇÃO DE 1930	14
2.3	O ESTADO VARGUISTA.....	15
2.4	A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	16
2.5	A EDUCAÇÃO DO REGIME MILITAR E OS ANOS DE 1990	17
2.6	A TRANSIÇÃO DO SÉCULOS, O AUMENTO DO INVESTIMENTO E O DESEMPENHO ESCOLAR.....	19
3	O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO – ISP	21
3.1	O CONCEITO DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO.....	21
3.2	PRINCIPAIS MODELOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO.....	23
3.3	RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E GESTÃO PÚBLICA ...	23
3.4	INCENTIVOS FISCAIS SOBRE O INVESTIMENTIMENTO SOCIAL PRIVADO...	24
3.5	A TENTATIVA DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO EM SUPRIR AS DEFICIÊNCIAS DE ESTADO NO BRASIL	25
3.6	AS APLICAÇÕES DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA EDUCAÇÃO	25
4	A FUNDAÇÃO BRADESCO: FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	27
4.1	CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA FUNDAÇÃO.....	27
4.2	A FUNDAÇÃO BRADESCO NO SÉCULO XXI.....	29
5	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A FUNDAÇÃO BRADESCO E O ENSINO PÚBLICO	38
5.1	AS SEMELHANÇAS ENTRE A FUNDAÇÃO E O ENSINO PÚBLICO	38
5.2	AS DISPARIDADES ENTRE A FUNDAÇÃO E O ENSINO PÚBLICO	39
5.3	A AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA NA ESCOLAS E A GARANTIA DA ALOCAÇÃO EFICIENTE DE RECURSOS.....	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o economista norte-americano Milton Friedman, “o investimento em seres humanos não pode ser financiado nos mesmos termos ou com a mesma facilidade do investimento em capital físico” (Friedman, 1984, p. 96). Baseado neste pressuposto, Friedman expõe em sua obra “Capitalismo e liberdade” (1984), as complexidades do investimento público em educação voltado para o desenvolvimento do capital humano. Assim como Friedman, diversos teóricos ao longo da história analisaram a complexidade do tema da educação de formas singulares, sob perspectivas distintas e com intuítos diversos. Dentre as óticas abordadas, estudos que avaliam os investimentos em educação, tais quais as análises de Friedman, tornam-se cada vez mais pertinentes na sociedade do século XXI, em que debates a respeito da eficiência das ações governamentais frente aos modelos institucionais privados permeiam os espaços polarizados de discussão política. Sobre esta dicotomia, nota-se que o fundamento por trás da maioria das políticas públicas de educação no Brasil é o progresso dos indicadores de desempenho em relação ao aprendizado dos estudantes; desta forma, questiona-se como modelos de investimento social privado, tais como a Fundação Bradesco, poderiam contribuir para a viabilização deste progresso?

Mediante a este questionamento, na tentativa de identificar as formas com que modelos de investimento social privado em educação podem contribuir para a viabilização de resultados positivos em políticas públicas de ensino, compreende-se a hipótese de que a configuração autônoma de gestão financeira e o investimento descentralizado dessas organizações privadas pode se apresentar como um exemplar para a formulação de políticas públicas de estruturação das finanças escolares. A concepção desta hipótese se faz possível ao considerar que instituições como a Fundação Bradesco, disposta de maior autonomia de alocação de recursos financeiros, auferem resultados comparativos superiores, mesmo contemplando alunos em condições socioeconômicas semelhantes aos atendidos pelas escolas públicas, constituídas por inúmeros entraves em seu fluxo de obtenção de capital via investimento governamental.

Neste ínterim, a presente análise buscará expor os resultados de desempenho acadêmico obtidos pelos escolares da Fundação Bradesco em avaliações institucionais e compará-los às apurações semelhantes realizadas nos alunos dos colégios públicos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), visando estimar como o modelo de investimento

educacional adotado pela Fundação pode contribuir para a viabilização do progresso nos índices do ensino público.

Para a realização deste estudo, foi elaborada uma pesquisa descritiva do tema, ou seja, apoiada em bibliografias que trabalham os assuntos descritos. Além disso, a abordagem de análise das informações coletadas para a pesquisa se deu de forma quali-quantitativa, uma vez que, além da avaliação ou descrição de dados qualitativos, como o curso histórico da educação brasileira e os fatores políticos envolvidos, também foram avaliados dados quantitativos do desempenho dos alunos e modelos de educação (Fundação Bradesco, escolas públicas e colégios privados). Em relação a metodologia, a pesquisa utilizou-se de um método hipotético-dedutivo, tendo em vista que, mediante ao questionamento de como modelos de investimento social privado como a Fundação Bradesco poderiam contribuir para a viabilização do progresso no desempenho dos alunos atendidos pelas políticas públicas de educação, foi levantada a hipótese da Fundação como exemplar de gestão financeira escolar autônoma.

Além dos aspectos descritos, o estudo foi consolidado em 6 capítulos, sendo o primeiro deles a presente introdução à pesquisa e o último as conclusões acerca do que se pôde comprovar. Além destes, no capítulo 2 é desenvolvida uma contextualização histórica do cenário de educação no Brasil, para que haja base conceitual para as análises presentes nos capítulos subsequentes; no capítulo 3 é realizada a definição do termo “investimento social privado” e seus exemplares, avaliando o cenário geral do modelo de investimento da Fundação; no capítulo 4, por sua vez, é descrita a Fundação Bradesco, o contexto de sua criação e suas características no século XXI; no capítulo 5, com base nos assuntos abordados preteritamente, é realizada a análise comparativa entre a Fundação e a educação pública, descrevendo suas semelhanças, em relação ao perfil dos alunos, e suas divergências, em relação ao desempenho acadêmico dos mesmos, além de também ser analisada no capítulo a hipótese colocada como resposta ao questionamento central deste estudo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Através de um racional historiográfico, torna-se evidente que toda a configuração de um cenário é moldada a partir de uma sequência de eventos ao longo do tempo. Com a esfera educacional não é diferente. Os motivos para a configuração do cenário da Educação brasileira residem em uma série de eventos históricos, decisões e deficiências do Estado que moldaram o ensino brasileiro no último século, tendo em vista que antes de 1889 a educação nacional enquanto esfera social era quase inexistente, uma vez que, o acesso a ela era restrito a uma parcela mínima da sociedade. Deste modo, este capítulo visa compreender quais fatores foram responsáveis pela conformação da educação no século XXI ao longo da história.

Segundo a estimativa do percentual de investimento público em educação em relação ao produto nacional, divulgado pelo Inep e MEC no ano de 2020, entre os anos de 1995 e 2017 o país aumentou o investimento em educação de 4% para 6% do PIB. Por outro lado, o relatório *Education at a Glance*, divulgado anualmente pela OCDE, mostra que os países membros deste grupo despendem em média de 5,5% de seu produto para investimento em educação, taxa inferior à observada no Brasil. Os resultados de desempenho em sala de aula, por outro lado, colocam o Brasil, em termos de comparação internacional, em patamares críticos, entre os piores do mundo, segundo o Pisa (*Programme for International Student Assessment*), um dos maiores estudos sobre educação do mundo e que apontou em 2018 um desempenho ao Brasil inferior a 78 países em proficiências como Matemática, Leitura e Ciências. Desta forma, para que estes aspectos do ensino brasileiro sejam compreendidos de forma sistêmica, é preciso avaliar a formação da educação nacional por completo e é a partir dos primórdios da República Brasileira que se pode notar a formação embrionária de um sistema educacional no país.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO EDUCACIONAL REPUBLICANO

Desde os princípios da evolução do pensamento republicano no Brasil, os precursores deste pensamento defendiam alterações amenas e pacíficas nas instituições, moldadas por um pensamento liberal moderado e conservador. Do ponto de vista da educação, às instituições escolares cabiam o papel de desenvolver um olhar crítico ao sistema monárquico, ilus-

trando os inúmeros benefícios da descentralização republicana moderna. Segundo Marta Carvalho em *A Escola e a República* (1989, p. 23 – 28) “No imaginário republicano a escola é emblema da instauração da nova ordem”, ou seja, os oligarcas republicanos viam em seu projeto educacional, uma forma de instituir uma sociedade branca, imigrante e estratificada. Com isso, Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003, p.61) define que “projetar e realizar a educação escolarizada torna-se a tarefa republicana por excelência, tanto na fase da propaganda quanto na fase de instituição do regime”.

Mediante a esse discurso, a educação tornou-se tema central das discussões populares. Todas as camadas da sociedade passam, neste momento, a teorizar a escolarização do Brasil, ao passo que as mais divergentes forças políticas visam manter o controle das instituições de educação. Jorge Nagle (1966), enxergou neste período um “entusiasmo pela educação” e aproveitando este momento, de modo antecipatório, as elites oligárquicas desenham a educação nacional de acordo com seus interesses e colocam em vigor um ensino básico profissionalizante para a grande maioria da população e incentivam o fortalecimento de uma educação científica para as classes mais abastadas. Neste contexto, outros modelos pedagógicos, como os católicos, passaram a ser considerados “antiquados” e “insuficientes” frente aos modelos protestantes, positivistas e cientificistas, de caráter moderno, democrático, neutro, apartidário, capitalista, civilizado e moral, de estrutura racional e científica. Era uma pedagogia aplicada ao modelo racional moderno.

2.2 A REVOLUÇÃO DE 1930

Segundo Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003), com o advento das inúmeras mudanças no tecido social e na conjuntura política e econômica ocorridas ao longo das décadas de 1890 a 1930, tanto em termos nacionais quanto no contexto global, os governos oligárquicos deste período passaram a travar duro embate com parcelas sociais insatisfeitas. Hilsdorf (2003) ainda complementa que é a partir dessas insatisfações que se vê surgir um movimento revolucionário amplo no ano de 1930, entendido como um movimento heterogêneo e que representa a ascensão de diversos grupos sociais, assim como a defesa dos interesses de diversos deles em muitos setores, incluindo a educação. Ele, por sua vez, apresentava uma base social diversificada porque tinham as estruturas das elites cafeeiras como inimigo em comum. Ou seja, ainda que com reivindicações distintas, vários grupos de interesse se reúnem para “combater” o

sistema oligárquico instituído desde 1889, dentre eles, o Movimento Operário, o Movimento Tenentista, as classes médias urbanas e as elites civis; todos compartilham do mesmo ideal de contrariedade à oligarquia cosmopolita.

Do ponto de vista da educação, grupos sociais, participantes diretos e não participantes da Revolução, como militares e católicos, tentam dialogar com os revolucionários no poder na tentativa de inserir seus interesses na estrutura do novo governo nos anos que antecederam a criação do Estado Novo. Dentre as áreas de interesse desses grupos, a educação assume papel protagonista, uma vez que era tida, de forma consensual, como motor de transformação social para qualquer direção que se quisesse seguir. Entretanto, para Hilsdorf (2003), apesar de muitas reivindicações desses grupos terem sido acatadas na constituinte de 1934, os liberais republicanos desenvolvem ações político-administrativas no novo governo que colocavam suas ideias em prática, demonstrando sua influência sobre a sociedade. Para a autora, são exemplos a adoção de um percentual mínimo obrigatório de destinação de verbas do Estado à educação, um sistema básico de ensino mais amplo, integral e orientado a pedagogia liberal, com separação entre os níveis populares e elitizados, e o foco nas esferas musical, física, moral e cívica de educação com objetivo de se desenvolver princípios nacionais.

2.3 O ESTADO VARGUISTA

Em meio a diversas mudanças no contexto social, o novo governo, chefiado por Getúlio Vargas, precisava tornar evidentes as divergências entre o Estado Vargas e os republicanos oligarcas, e para isso busca reestruturar a imagem do regime instaurado. Era preciso criar a visão de um Estado moderno e nacional e é a partir dessa visão de governo que Vargas passa a criar instituições tecnocráticas, voltadas à tomada de decisão racional, aos moldes da ciência administrativa norte-americana, com padrões de eficiência e economia, segundo salienta Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003). Além das instituições, a autora ressalta que o governo iniciou uma forte propagação de ideais nacionalistas, com a cultura de culto à pátria, a família tradicional e ao “trabalhador herói” e para o Estado, era a educação escolar, centralizada no governo federal, quem deveria promover esses valores.

Segundo Marinete Silva (1980) e Hilsdorf (2003), são criadas neste período instituições federais voltadas para a estruturação administrativa da educação, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) em 1938, além dos já criados Ministério da Educação e

Saúde e do Conselho Nacional de Educação em 1931. Além dessas instituições, foram criadas “Leis Orgânicas” entre 1942 e 1946, com o objetivo de materializar um sistema plenamente centralizado e articulado. Sendo elas, as do ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola. O ensino secundário acadêmico, era dividido em ginásial e colegial e era reservado às “individualidades condutoras”, ou seja, a formação de homens clássicos, de disciplina militar. O ensino secundário técnico (agrícola, comercial e industrial), por sua vez, era voltado para a formação de uma mão-de-obra popular que atendesse o mercado de trabalho da ascendente industrialização nacional; como definiu Marinete Silva em “A educação brasileira no Estado Novo” (1980, p.32) o ensino industrial era como “guardião das diferenças de classes”.

Devido a uma oferta reprimida de vagas escolares, os exames de admissão, vigentes desde 1931, para que os alunos continuassem o progresso acadêmico eram aplicados com extremo rigor e a seleção tendia a beneficiar as classes mais abastadas, algo que gerava um alto índice de evasão escolar, na troca dos estudos pelo trabalho, para as classes mais baixas e que não possuíam condições de continuar seus estudos em instituições privadas. Segundo Leonor Tanuri (1998, p. 91 – 92), essa configuração era responsável por promover a perpetuação da ordem social vigente, sem grandes alterações nas camadas, mas com a promoção do desenvolvimento econômico.

2.4 A REDEMOCRATIZAÇÃO

Com o advento das mudanças sociais, econômicas e políticas da década de 1940, vê-se urgir novas teses educacionais de destaque. Submetida a um fluxo intenso de industrialização e urbanização, a sociedade brasileira se depara com problemáticas inéditas, como a necessidade de escolarização dos novos grupos urbanos, em sua maioria analfabetos (50% da população), vindos a partir de um movimento de êxodo rural, como demonstrou Hilsdorf (2003). Deste modo, dentre as principais novas teses, a teoria desenvolvimentista agregava maior número de adeptos. As proposições mais relevantes dessa visão, defendiam que educação deveria ser entendida como um fator dinamizador do sistema econômico e sua função no âmbito social deveria ser de qualificação da mão-de-obra. Os 50% da população em estado de analfabetismo era um fato e um empecilho para o desenvolvimento geral da educação no país, assim

como a oferta reprimida de vagas a estudantes do ensino público era um entrave para a democratização do ensino.

Entretanto, Hilsdorf (2003) complementa que essa problemática não tem enfoque nos anos de 1940 e nas mesas de discussão política dos anos seguintes; isso porque, projetos de LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de caráter liberal sofriam ampla oposição na Câmara dos Deputados, que defendiam a centralização e tiravam o analfabetismo e a democratização do ensino do “centro das atenções”. A LDB enquanto pauta volta à cena somente nos anos próximos a 1960, quando o então deputado Carlos Lacerda, atendendo aos interesses da iniciativa privada, coloca em discussão o direito da educação familiar contrária ao monopólio do Estado, alimentando a dicotomia intelectual de ensino público versus privado. Muitas das ideias de Lacerda são aprovadas na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961) e, embora estivesse nela contidas proposições de “mecanismos democratizantes” - como o aproveitamento de conteúdo do ensino técnico para o acadêmico - a expansão do ensino privado via subsídios colocava as alterações na educação pública, como a expansão do número de vagas para diminuição dos índices de evasão em segundo plano.

É neste contexto, sob a ótica de qualificação da mão-de-obra, de solução para democratização do ensino público e do papel da iniciativa privada na educação, que se vê surgir no ano de 1956, um programa social, que mais tarde se tornaria um dos maiores em volume de investimentos do país, fundado por Amador Aguiar, mesmo fundador do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), a Fundação Bradesco, como relatado por Cláudia Fonseca (2006) em “Educar para o futuro: Fundação Bradesco 50 anos: 1956-2006”. Ainda segundo a autora, com ideais de promoção de inclusão social via educação, o projeto tinha como base a crença na capacitação de jovens para o mercado de trabalho, mais especificamente o setor bancário e as agências do Bradesco, onde a juventude contemplada pudesse construir uma carreira sólida e longa.

2.5 A EDUCAÇÃO DO REGIME MILITAR E OS ANOS DE 1990

O controle do ensino por parte da iniciativa privada observado atualmente, explicitam o arrefecimento da ação estatal na educação e remontam as iniciativas governamentais de aproveitamento dessas instituições privadas da década de 1950 em diante. O conceito político-econômico nacional-desenvolvimentista de base industrial e a teoria educacional desenvolvi-

mentista, já citada anteriormente, atingem seu ápice ainda na década de 1950 e se estendem para as décadas subsequentes, notoriamente adotada durante o Regime Militar. Desde os aportes de capital estrangeiro durante o período Juscelino Kubitschek, a desnacionalização econômica e as aspirações pela abertura do mercado interno eram de ocorrência indubitável. A posterior ascensão dos militares em 1964, alinhada a figuras políticas que buscavam a abertura econômica ao capital americano, concretizava esse modelo de internacionalização.

A teoria do “capital humano¹”, em voga Estado Unidos e com foco na adequação da sociedade ao mercado externo e ao modelo produtivo internacional, passa a ser utilizada a partir da década de 1960 como direcional de política social no Brasil, como explicitado por Hilsdorf (2003). Neste contexto, a autora ainda cita que a educação e os conhecimentos obtidos no ensino regular, considerados como sendo o “capital humano”, passam a ser tratados como motor de produtividade e ascensão social, como antecipavam os desenvolvimentistas. Deste modo, o ensino volta a ser pensado com enfoque tecnicista, objetivando a racionalidade, eficácia e produtividade, em detrimento da politização e desenvolvimento cultural. O ensino privado se torna protagonista e, via incentivos por meio de verbas públicas, conquista ampla vantagem sobre o sistema educacional público.

Os anos de 1980 e início dos anos de 1990, são marcados pelo descontrole inflacionário e, conseqüentemente, por uma crise social derivada de uma piora significativa em seus indicadores de renda. Pelo viés da educação, é observada uma manutenção dos problemas educacionais que permeavam as décadas anteriores, sem melhorias expressivas, qualitativa ou quantitativamente, nos indicadores de ensino. A superioridade privada era garantida à medida que o governo transferia “recursos públicos à iniciativa privada, liberando-se da responsabilidade da oferta de ensino de qualidade para todos”, segundo Carmen S. V. Moraes e César A. Minto (1993, p.8).

¹ Pela Teoria do Capital Humano, os investimentos em educação implicam no aprimoramento de capacidades individuais, o que resulta em determinado aumento da produtividade laboral. De acordo com a teoria, esse aumento de produtividade resultaria em taxas crescentes de desenvolvimento socioeconômico regional. (Andrade, 2010).

2.6 A TRANSIÇÃO DO SÉCULOS, O AUMENTO DO INVESTIMENTO E O DESEMPENHO ESCOLAR

O novo século se inicia permeado por promessas políticas de novas perspectivas e rumos. Correntes de esquerda, tradicionalmente estadistas, assumem o poder no Brasil ao derrotar as principais forças da social-democracia que haviam governado o país na última década sob uma ótica de fortalecimento da iniciativa privada. Embora os ideais do novo governo fossem intervencionistas e defensores do aprimoramento dos serviços públicos em prol das camadas populares, não foi apresentado pela União, diferente do que se esperava, um projeto de política educacional consistente e amplo, que transformasse a educação de base, mesmo que os investimentos financeiros tenham se concretizado. Segundo Paulo Ghiraldelli (2009), ao consultar o Censo da Educação Superior realizado em 2009 pelo Ministério da Educação, nota-se que o índice de evasão nas universidades brasileiras se manteve na casa dos 22% ao longo de toda a década de 2000, refletindo a não melhora da educação básica e no preparo dos alunos ao ensino universitário. Segundo o autor, este dado justifica a perda de substância filosófica do discurso governista.

Ghiraldelli (2009) ainda salienta que no ano de 2008, a Unesco entrega ao governo brasileiro o Relatório de Monitoramento Global de Educação. Segundo ele, o Brasil e mais oito países concentravam 70% dos 771 milhões de analfabetos do planeta e o país não demonstrava avanço entre seus pares. O autor expõe:

Na prática, isso queria dizer que o nosso país não havia atingido e nem estava próximo de atingir os objetivos de Educação para Todos até 2015. O Brasil estaria longe de satisfazer o IDE, apresentado como uma média aritmética dos valores de quatro indicadores: educação primária universal, alfabetização de adultos, igualdade de gênero e qualidade na educação. (Ghiraldelli, 2009, p. 283).

A configuração dos índices de desempenho dos alunos brasileiros nos últimos vinte anos, retratam o cenário de perda de “substância filosófica” no campo da educação, citada anteriormente. A estimativa do percentual de investimento público em educação em relação ao PIB, divulgado pelo Inep e MEC no ano de 2020, entre 1995 e 2017 o país aumentou o investimento em educação de 4% para 6% do produto. Já o relatório *Education at a Glance*, divulgado anualmente pela OCDE, mostra que os países deste grupo despendem em média de 5,5% de seu produto para educação. Os resultados de desempenho dos alunos, por outro lado, colo-

cam o Brasil entre os piores do mundo, segundo o Pisa (*Programme for International Student Assessment*), que apontou em 2018 um desempenho ao Brasil inferior a 78 países em proficiências como Matemática, Leitura e Ciências.

Em Retratos da Educação no Brasil (2018), Renan Pieri analisa esse paradoxo pela perspectiva da “eficiência”. Segundo ele, o distanciamento entre os conteúdos aplicados em sala de aula e o mercado de trabalho, bem como a falta de uma formação continuada dos docentes, são fatores redutores da eficiência no desempenho escolar. Além da ótica abordada por Pieri, pesquisas do Pisa (*Programme for International Student Assessment*) indicam que o tempo em sala de aula no ensino brasileiro é muito inferior, se comparado aos demais países, com o agravante do não cumprimento da carga horária prevista. A oferta deficitária de professores e as divergências entre a formação dos docentes e as áreas que lecionam, muito comum segundo os dados do Programa, também são possíveis responsáveis pelo cenário. Além destes fatores, a não universalização da pré-escola, com falta de creches e baixos investimentos na educação infantil, em detrimento dos investimentos no ensino superior, com quase metade do total.

Com base no contexto de qualificação da mão-de-obra, democratização do ensino público, do papel da iniciativa privada na educação e do surgimento de modelos de investimento social privado, como a Fundação Bradesco, nos anos de 1950, faz-se necessário compreender a formatação desses investimentos que acabam por definir e conceituar o termo, tema que será abordado no próximo capítulo.

3 O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO – ISP

Conforme abordado no capítulo anterior, desde o nascimento da república é perceptível que o estado brasileiro carrega consigo o histórico de incertezas na oferta de serviços públicos e na incapacidade de estruturar políticas públicas voltadas a educação no país. Desta forma, temos como objetivo neste capítulo destrinchar o Investimento Social Privado e como a iniciativa privada através dessa modalidade de investimento auxilia a sociedade brasileira em sanar as deficiências educacionais que o país enfrenta.

A partir desta retórica, nosso objetivo é fazer a análise da importância do Investimento Social Privado para área da educação no país, ou seja, até que ponto a iniciativa privada atua na problemática já existente. Para isso, precisamos compreender o Investimento Social Privado, entender sua importância e o porquê que essa modalidade de investimento se torna um motor de impulso ao desenvolvimento econômico e social do país na implementação e na promoção de políticas públicas voltadas a educação.

3.1 O CONCEITO DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Na economia, investimento significa o emprego de fatores de produção (terra, trabalho e capital) sob a expectativa de retornos futuros. Quando o investimento é empregado diretamente pelas organizações, entende-se essa aplicação como investimento privado. Assim, o Investimento Social Privado, pode ser definido em linhas gerais como o investimento privado com foco nas pautas sociais, sendo este, portanto, uma solução paliativa das organizações frente as lacunas sociais perceptíveis no cotidiano.

Milano Filho (2008, p.92), descreve o Investimento Social Privado da seguinte maneira:

Investimento Social Privado (ISP) é um conceito que apresenta diferentes interpretações, mas é caracterizado, basicamente, pela transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (Milano, 2008, p. 92).

O Investimento Social Privado está profundamente relacionado ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), entidade que teve início em 1989 e se institucionalizou mais

tarde, em 1995. (Jaime, 2005, p.960). De acordo com o site oficial da organização GIFE, hoje ela reúne mais de 170 associados, tornando a organização na principal referência em ISP do Brasil.

Segundo descrito por Nogueira e Schommer (2009), o conceito atual que se têm do ISP foi pensado ainda na década de 1990, pelas entidades privadas, enquanto o país presenciava uma crescente abertura comercial. Na época, as empresas e a sociedade chegaram num consenso a respeito de uma nova maneira de se entender o ISP, chegando em uma clara distinção entre o ISP e as práticas de filantropia das empresas.

De acordo com Melo Rico (1997), professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a filantropia empresarial vem sendo cada vez mais adotada no Brasil e implementada pelas empresas como forma de promover uma boa imagem corporativa. A filantropia das empresas se caracteriza pelo uso do capital privado em prol de urgências pontuais na sociedade, sendo que a filantropia empresarial é movida pelos sentimentos de responsabilidade social e de altruísmo das corporações. Sendo assim, a filantropia tem como principal característica agir ao imediatismo.

No Investimento Social Privado, as ações da iniciativa privada são voltadas para soluções complexas e que envolvem maior atuação das organizações nos projetos sociais assumidos (Pagotto, Belinky, Macedo, Yamahaki, 2016, p. 50 – 52). Portanto, é possível diferenciar a filantropia do Investimento Social Privado pelas suas naturezas distintas, separando os dois termos que, por vezes, podem causar embaraços.

Uma possível confusão também existe em relação ao Investimento Social Privado e a Parceria Público Privada (PPP), porém há distinção entre ambos. De acordo com o site oficial da Secretaria de Planejamento e Gestão do governo do estado de Minas Gerais, a PPP é caracterizada por ser um instrumento de investimento privado com foco na contratação de projetos públicos em que são estabelecidos contratos entre a esfera governamental e as empresas interessadas.

Como aponta Milano Filho (2008, p.92 – 93), os contratos dos projetos celebrados entre empresas e governo no formato PPP, envolvem grandes retornos financeiros às empresas contratadas. No formato de PPP, a iniciativa privada fica responsável por assumir projetos de interesse público através de contratos de médio ou longo prazo. O governo por outro lado se responsabiliza em fiscalizar e remunerar as companhias responsáveis pela execução dos projetos e exigir contrapartidas para as empresas contratadas. Portanto, existe uma grande dife-

rença entre a PPP e o ISP já que no ISP embora também existam regulamentações do governo, pode acabar não ocorrendo qualquer remuneração por parte do estado aos projetos que envolvam o ISP, salvo as políticas de incentivos fiscais.

3.2 PRINCIPAIS MODELOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Conforme aponta Nogueira e Schommer (2009, p.8 – 9), segue os quatro principais modelos de investimentos sociais privados, a ver:

- a) Investimento social corporativo: se refere a uma modalidade ISP cujos investimentos são realizados pelas organizações de forma sistemática e organizada para atendimento de uma causa social coletiva. Trata-se da modalidade de ISP mais difundida no Brasil;
- b) Investimento social comunitário: compreende uma categoria de ISP em que há a mobilização comunitária com recursos próprios para agir nos projetos de interesses comunitários de uma determinada localidade. A ação consiste em alcançar resultados sólidos e gerar desenvolvimento regional para a comunidade envolvida;
- c) Investimento social familiar: neste modelo, as famílias e indivíduos responsáveis alocam recursos próprios para os projetos de ISP. A aplicação de recursos das famílias pode ocorrer por meio de uma organização criada para este fim ou em parcerias com organizações já existentes;
- d) Investimento social independente: aqui são criadas fundações independentes por um grupo de pessoas, empresas ou organizações que alocam seus recursos para promover as causas de ISP. As fundações criadas gozam de autonomia administrativa e financeira neste modelo.

3.3 RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E GESTÃO PÚBLICA

O investimento privado pode atuar junto com a administração pública na promoção do desenvolvimento social através de parcerias e ações conjuntas entre a iniciativa privada e o Estado. A boa relação, o trabalho conjunto e o equilíbrio de mercado entre Estado e iniciativa privada podem viabilizar projetos sociais de impactos positivos para a sociedade, mostrando a

necessidade de ampliação do diálogo entre as partes para viabilizar políticas públicas efetivas. (Junqueira; Perret, 2011).

Ainda de acordo com Junqueira e Perret (2011), as fundações corporativas estão se empenhando cada vez mais em assumir alguns papéis de destaque nas políticas sociais e na gestão das políticas públicas, não apenas pelo grande volume de recursos das empresas, mas sim pela forma como as empresas vêm se posicionando na gestão dessas políticas atualmente, assumindo cada vez mais a responsabilidade social e se posicionando ativamente na viabilização de projetos de impactos sociais.

3.4 INCENTIVOS FISCAIS SOBRE O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Conforme questiona Nogueira e Schommer (2009), os incentivos fiscais recebidos pelas empresas nas ações de investimentos sociais podem ser classificados como ISP? Para responder o questionamento levantado, é necessário em primeiro lugar compreender o que de fato são os incentivos fiscais do governo destinados as empresas.

De acordo com Dênia Maria Milagres (1986), os incentivos fiscais podem ser interpretados como normas, sobretudo jurídicas que visam a promoção do desenvolvimento econômico. Através do raciocínio apresentado por Milagres, é possível chegar no denominador comum de que os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado acabam ajudando a iniciativa privada em manter ou mesmo buscar novas soluções de projetos de ISP.

Desta forma, seguindo os pontos levantados, os incentivos fiscais podem ser vistos como uma ferramenta do estado em dar uma justa contraprestação em relação as ações sociais realizadas pela iniciativa privada, não apenas como uma política de fins “corporativistas” em que as empresas se envolveriam em projetos sociais apenas para se beneficiar de isenções fiscais. É possível por tanto chegar à conclusão de que os incentivos fiscais são uma ferramenta que visam fomentar o ISP no país e com potencial em atrair as organizações a investir mais nos projetos dessa natureza.

3.5 A TENTATIVA DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO EM SUPRIR AS DEFICIÊNCIAS DE ESTADO NO BRASIL

Diante das inúmeras disparidades sociais e econômicas do Brasil, as desigualdades e as falhas de estado são perceptíveis pela sociedade brasileira. Entre a população, é quase que unanimidade pensar que o estado é falho nas áreas mais sensíveis, como na educação, na saúde e na oferta de outros serviços básicos. Isso nos leva a uma importante reflexão sobre o porquê de não vemos com tanta frequência uma maior atuação da iniciativa privada em projetos públicos com o objetivo de mitigar as desigualdades que são tão perceptíveis pela população. Por outro lado, é notória a concordância tanto por parte do senso comum como por parte de determinados setores sociais de que apenas o estado tem aptidão em solucionar as deficiências sociais do país.

Embora as ações privadas no campo do ISP consigam chegar em resultados consistentes, há falhas de comunicação entre o governo e a iniciativa privada para promoção de projetos de ISP, conforme aponta Junqueira e Perret (2011). A estrutura do estado se torna um grande dificultador e obstáculo para a comunicação e diálogo com a iniciativa privada, devido à grande burocracia existente. Isso por si só se torna grande empecilho a atuação privada, acabando por vezes distanciando a iniciativa privada de projetos sociais.

As empresas, em especial as de grande porte, detém muito potencial para se juntarem ao governo e atuarem em causas sociais complexas, se comprometendo com os mais variados projetos e viabilizando políticas de qualidade de vida que, sobretudo, possam resultar em retornos positivos para a sociedade. O investimento realizado pelas empresas na forma de ISP pode ser transformado em abono fiscal por parte do Estado, o que acabaria contrabalanceando o aporte inicial realizado pelas mesmas para os projetos de ISP, que pode ser revertido em mais direcionamento de verbas da iniciativa privada a projetos públicos de interesse social.

3.6 AS APLICAÇÕES DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA EDUCAÇÃO

O ISP, está cada dia mais em evidência nas mídias e no mundo corporativo onde os recursos privados passam a ter finalidade pública e as empresas mostram-se cada vez mais interessadas a participar desse mercado. Com todo o fluxo de investimento e pelo crescente apeti-

te das empresas no ISP, é possível ver resultados consistentes em muitos projetos tocados por empresas privadas, a exemplo da fundação Bradesco que visa projetos educacionais no país, objeto de estudo dessa pesquisa.

O Estado por muitas vezes acaba não desempenhado adequadamente o seu papel na oferta de serviços educacionais, desta forma, a atuação do setor privado pode ser uma importante alternativa na promoção da educação no país. Junqueira e Perret (2011, p. 126 – 129) destacam que dentro ISP, há preferência por parte da iniciativa privada em projetos educacionais voltados a educação de crianças e adolescentes, uma vez que a educação de base fornece os meios necessários para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho.

Por outro lado, no artigo de Junqueira e Perret (2011), é citado que todas as seis grandes fundações com foco em Investimento Social Privado na área de educação contam com programas sociais educacionais quase sempre nas regiões onde estão situadas, o que leva a concluir que além da oferta de educação para a comunidade, há também o interesse por parte da iniciativa privada em aproveitar a mão de obra dos estudantes para ofertas de trabalho em suas matrizes.

É importante citar que o ensino ofertado pelas fundações que apostam no ISP deve seguir as mesmas regulamentações estabelecidas pelo Ministério da Educação, como qualquer outra instituição credenciada no país, além do cumprimento da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 1996), as bases curriculares e tecnológicas estabelecidas pelo governo em todas as esferas (nacional, estadual, distrital e municipal) devem ser seguidas à risca por todas as instituições de ensino do país, de acordo com os regimentos exigidos na LBD – Lei de Diretrizes e Bases.

Diante dos apontamentos, é notória a importância do Investimento Social Privado. Há de se consumir que essa modalidade de investimento se torna uma importante ferramenta que somada a tantas outras visam combater os desequilíbrios educacionais observados no país. Nesse sentido, a Fundação Bradesco se tornou uma das principais instituições e referências de ISP no Brasil, seja pelos bons indicadores, pela qualidade, ou pela consistência dos resultados obtidos na área da educação, itens que serão apresentados com maior profundidade analítica nos próximos capítulos.

4 A FUNDAÇÃO BRADESCO: FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Mediante ao desenvolvimento da educação brasileira ao longo da primeira metade do século XX, as defasagens apresentadas pelo sistema nacional e a dicotomia intelectual existente entre as teses de defesa do ensino público versus o ensino privado, bem como a necessidade de qualificação da mão-de-obra brasileira e de solução para democratização do ensino público, como abordado na contextualização histórica do cenário da educação brasileira, é possível observar um fluxo considerável de recursos privados destinados ao ensino, via investimento social corporativo. Este investimento é consolidado nos repasses a entes públicos por meio de patrocínios a projetos sociais, ambientais, culturais e científicos ou em injeções diretas de capital (doações) em colégios e universidades públicas; entretanto, a consolidação ainda ocorre quando empresas executam iniciativas próprias, criando instituições que gerem uma massa patrimonial concedida pela empresa e a aplicam na prestação de serviços educacionais gratuitos, tendo em vista que a maior parte dessas instituições não possuem fins lucrativos e são responsáveis somente por transformar este recurso da empresa em benfeitoria social. Um exemplo significativo deste último modelo de investimento é a criação de Fundações educativas ou Institutos de caráter social.

Em meio a isso, surge em 1956, um programa social que mais tarde se tornaria um dos maiores em volume de investimentos do país, fundado por Amador Aguiar, mesmo fundador do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), a Fundação Bradesco, como explica Claudia Fonseca et al. (2007) em “Educar para o futuro: Fundação Bradesco 50 anos: 1956-2006”. Este capítulo objetiva a compreensão do surgimento desta Fundação, os motivos de sua criação e a exposição, por meio de dados atualizados, das características da instituição no século XXI.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA FUNDAÇÃO

Assim como já citado, as defasagens do sistema nacional de educação explícitas ao longo dos primeiros cinquenta anos do século XX, tornavam os rumos do ensino brasileiro incertos, uma vez que, os quase 50% da população em situação de analfabetismo na década de 1950, como explicou Hilsdorf (2003), em contraposição o desenvolvimento do sistema capitalista e industrial globalizado, enfatizavam a falta de qualificação da mão-de-obra brasileira e a

baixa democratização do ensino. Deste modo, a classe empresarial passa a defender a necessidade de adaptação aos novos direcionais do capital e utilizam a formação de escolas profissionalizantes como solução. Neste contexto, são observadas criações de diversas iniciativas assistencialistas ao ensino, gerando determinado fluxo de recursos privados ao setor. Dentre essas iniciativas, Amador Aguiar, diretor-superintendente do Banco Brasileiro de Descontos, em 22 de novembro de 1956, assina a instituição da Fundação São Paulo de Piratininga, renomeada somente em 1967 para Fundação Bradesco. Segundo Fonseca et al. (2006), o modelo de investimento consolidado na criação previa que a Fundação deveria gerir uma massa patrimonial concedida pelo Bradesco de Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros) e a aplicar na prestação de serviços educacionais gratuitos em forma de benfeitoria social. O objetivo era “atender populações economicamente desfavorecidas e desprovidas dos mais elementares serviços de assistência, num período em que não se imaginavam expressões como terceiro setor ou responsabilidade social” (Fontanive et al., 2008).

Neste ínterim, Amador Aguiar expunha publicamente que a criação da Fundação era a realização de um intuito pessoal de auxiliar crianças e comunidades pobres brasileiras. Desta forma, a Fundação nasce com o lema de:

Promover a assistência social a menores, de preferência órfãos, expostos e filhos de funcionários necessitados do Banco Brasileiro de Descontos S.A., sem qualquer distinção de raça, nacionalidade ou credo, encarregando-se do seu abrigo e manutenção; assistir aos menores sob sua guarda e responsabilidade, através da manutenção de cursos profissionais administrando-lhes, ainda, educação moral e cívica; assistir estudantes de famílias pobres e dignos, sem qualquer distinção (Fonseca et al., 2006).

Entretanto, segundo Laudo Natel, então diretor-gerente do banco, o objetivo da Fundação era justamente “proporcionar uma educação para os filhos dos funcionários. Depois foi se expandindo dentro desse conceito de que sem educação não poderia haver desenvolvimento” (Fonseca et al., 2006).

Fonseca et al. (2006) também relata que a Fundação São Paulo de Piratininga estava instalada, neste primeiro momento, na Cidade de Deus, no município de Osasco, na região Metropolitana de São Paulo, dentro da matriz administrativa do Banco. A estrutura sede do Bradesco foi escolhida por possuir uma infraestrutura pré investida para as atividades do Banco, como casas aos funcionários e centros operacionais. A Fundação passa a prestar auxílio a um colégio da região, a escola de Vila Yara, com o fornecimento de merendas, materiais esco-

lares e uniformes, mas mediante a precariedade das instalações dela, os gestores da Fundação decidem realizar a construção de uma infraestrutura imobiliária para atender os alunos do colégio. Denominado Grupo Escolar Embaixador Assis Chateaubriand, a inauguração da nova escola tonifica a estrutura da Fundação São Paulo de Piratininga, expondo o modelo de investimento social privado que a Fundação deveria seguir nos anos subsequentes, algo corroborado após dois anos da inauguração do colégio, quando mediante a necessidade de ampliação arquitetônica, demonstrou que esta realização poderia ser ampliada por todo Brasil.

Após ser laureada em 1999 com o Prêmio Darcy Ribeiro por ser considerada a melhor prestadora de serviços educacionais ao país pela Câmara dos Deputados, em 2001 a fundação ocupou liderança do ranking das 400 maiores entidades beneficentes do país, pelo Guia da Filantropia da Kanitz & Associados, como relata o livro publicado pela própria Fundação Bradesco, “Educar Para O Futuro Fundação Bradesco 50 Anos 1956-2006” (Fonseca et al., 2006, p. 215). Segundo Fontanive et al. (2008) o projeto de fato se concretiza no século XXI, quando a Fundação alcança suas 40 unidades escolares em 26 Estados e no Distrito Federal, todas em regiões de maior concentração de seu público-alvo, crianças, jovens e adultos de baixa renda.

4.2 A FUNDAÇÃO BRADESCO NO SÉCULO XXI

Ao longo do século XXI, a Fundação Bradesco mantém seu modelo de investimento social sobre as mesmas bases nas quais foi fundada, permanecendo como uma organização de direito privado e sem fins lucrativos. De forma amostral, dados como a distribuição de alunos por escolas, em suas respectivas regiões, e a quantidade de alunos por modalidade de ensino atendidas ao longo dos anos, auxiliam na compreensão da dimensão da abrangência da Fundação.

Segundo cinco Relatórios Anuais de Atividades (Fundação Bradesco, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017) publicados anualmente, entre os anos de 2011 e 2017 a Instituição atendeu uma média de 105.431 alunos em suas 40 escolas mantidas desde 2003 ao redor do Brasil. Segundo os relatórios, a região com maior número de colégios é a região nordeste e a segunda a região sudeste do país.

Tabela 1 – Total de Escolas

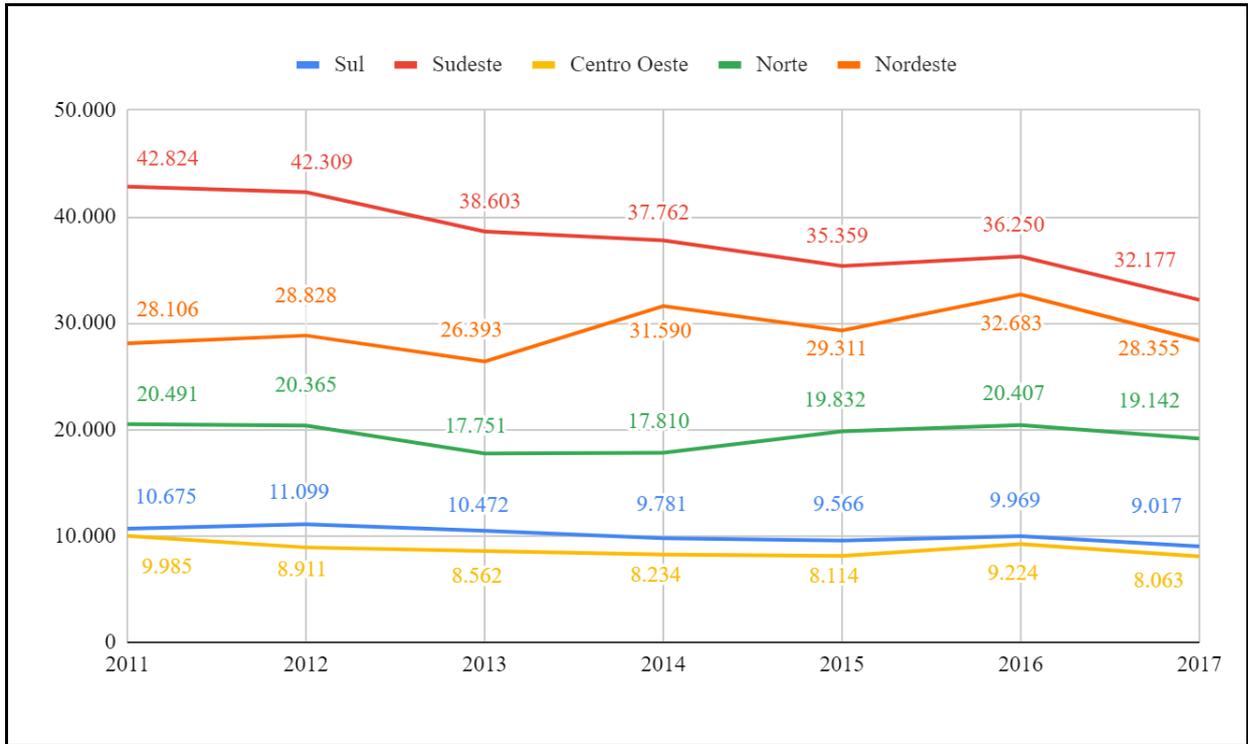
Região	Sul	Sudeste	Centro Oeste	Nordeste	Norte
Total Escolas	05	10	04	13	08

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco.

Nota-se que a maior concentração da região nordeste é algo que vai de encontro ao fato de a região ser uma das mais pobres do país, uma vez que, em 2017 todos os Estados da região apresentaram uma proporção de mais de 30% de pessoas abaixo da linha da pobreza (pessoas com rendimentos de até R\$ 406 por mês em 2017), com alguns estados superando os 45%, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2018). Além disso, a região correspondeu a apenas 14,5% do PIB nacional no ano de 2017 nos relatórios das Contas Regionais (IBGE, 2018) do mesmo ano, evidenciando a condição socioeconômica da região.

A segunda região com maior número de escolas é a sudeste que, embora não apresentou Estados com mais de 30% da população abaixo da linha da pobreza – alguns Estados ainda apresentaram índices inferiores a 15%, como São Paulo – segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2018, e ainda que a região foi responsável por 52,9% do PIB nacional em 2017, segundo os relatórios das Contas Regionais (IBGE, 2018) do mesmo ano, esta região concentrou aproximadamente 42% da população brasileira no ano de 2017, segundo as estimativas da Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE, 2018) sendo considerada a mais populosa no período. Apesar do maior volume na região nordeste, a densidade populacional da região sudeste fez com que a quantidade de alunos atendidos nesta região fosse superior à quantidade atendida na primeira, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição De Alunos Contemplados Pela Fundação Por Região do País



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco

Segundo os dados apresentados em gráfico, entre os anos de 2011 e 2017, todas as regiões mantiveram suas posições em relação às demais; a região sudeste concentrou maior volume de alunos em todo o período, seguido pela região nordeste, norte, sul e centro oeste, respectivamente. Apesar disso, é possível observar uma queda no volume de alunos em algumas regiões, como a sudeste. Pieri (2018), observou este fenômeno de forma ampla no Brasil e ressaltou a queda na população em idade escolar e a diminuição do número global de matrículas na educação básica, algo proveniente, segundo o autor, da diminuição da taxa de natalidade brasileira. Segundo ele:

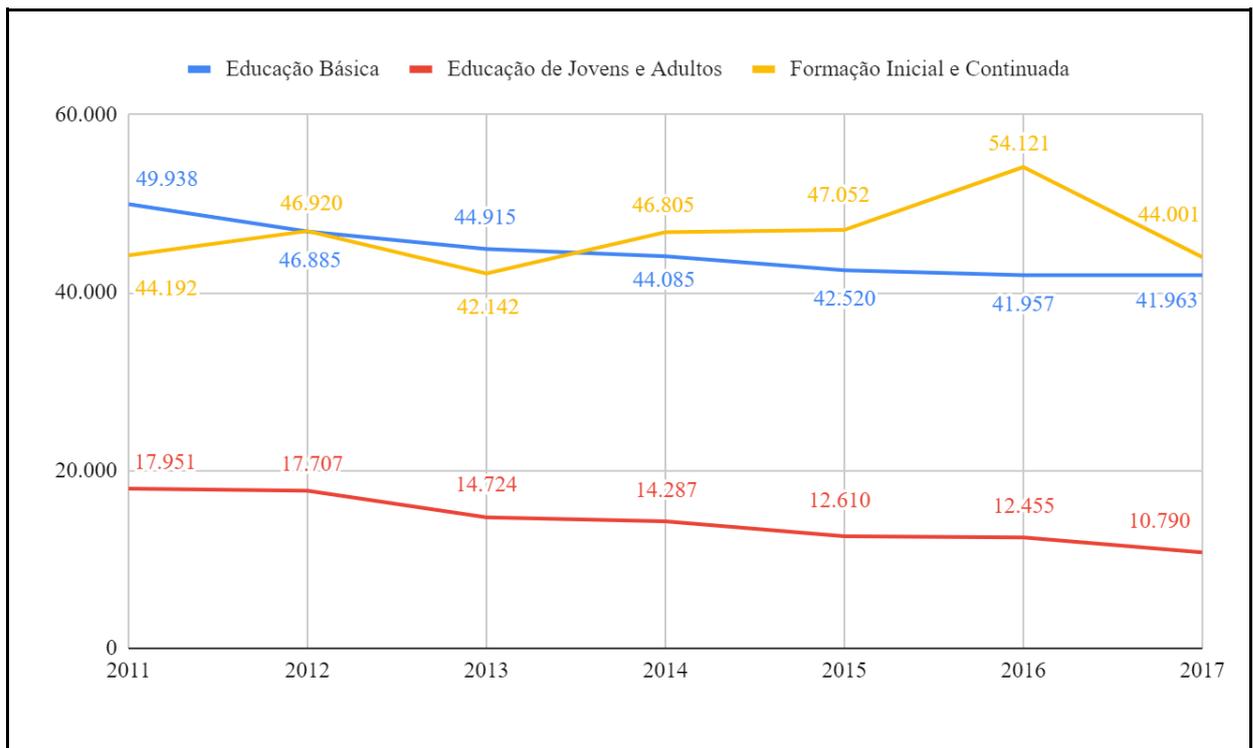
Em 2010, havia 31 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental. Em 2016, eram 27,7 milhões, uma queda de aproximadamente 11%. Como o percentual de alunos fora da escola não aumentou, a menor natalidade explica a maior parte de tal queda. (Pieri, 2018, p. 14).

O autor ainda destaca que a não diminuição da quantidade de matrículas em determinados ciclos escolares, o que se estenderiam também a regiões geográficas, podem refletir a melhora nos indicadores de inclusão educacional. Considerando o fato de que, segundo os Relatórios Anuais de Atividades da Fundação Bradesco (2013, 2014, 2015, 2016, 2017), a

organização tenha mantido as políticas de seleção de alunos atendidos entre 2011 e 2017, os dados observados em gráfico refletem a possibilidade de correlação entre a diminuição de alunos na Fundação e os fenômenos postos por Pieri (2018).

Outro dado divulgado pela Fundação Bradesco entre 2011 e 2017 que reforça essa possibilidade de correlação entre a diminuição do número global de matrículas na educação básica, analisada por Pieri (2018), e a queda no volume de alunos da organização é o próprio volume de alunos matriculados na educação básica na Fundação. Segundo os Relatórios de Atividades da Fundação Bradesco (2013, 2014, 2015, 2016, 2017), a quantidade de alunos atendidos na fase de educação básica foi de 49.938 em 2011 para 41.963 em 2017, com diminuição consecutiva em seis dos sete anos observados, como evidenciado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição De Alunos Por Modalidade De Ensino



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco

Com o objetivo de evidenciar a variação observada, a tabela 2 mostra a variação bruta de alunos da Fundação entre 2011 e 2017. Ao todo os dados apresentam uma diminuição de 13,67% no total de alunos atendidos; a quantidade de alunos matriculados na educação básica, observada no gráfico anterior, apresentou uma queda de 15,97% no mesmo período.

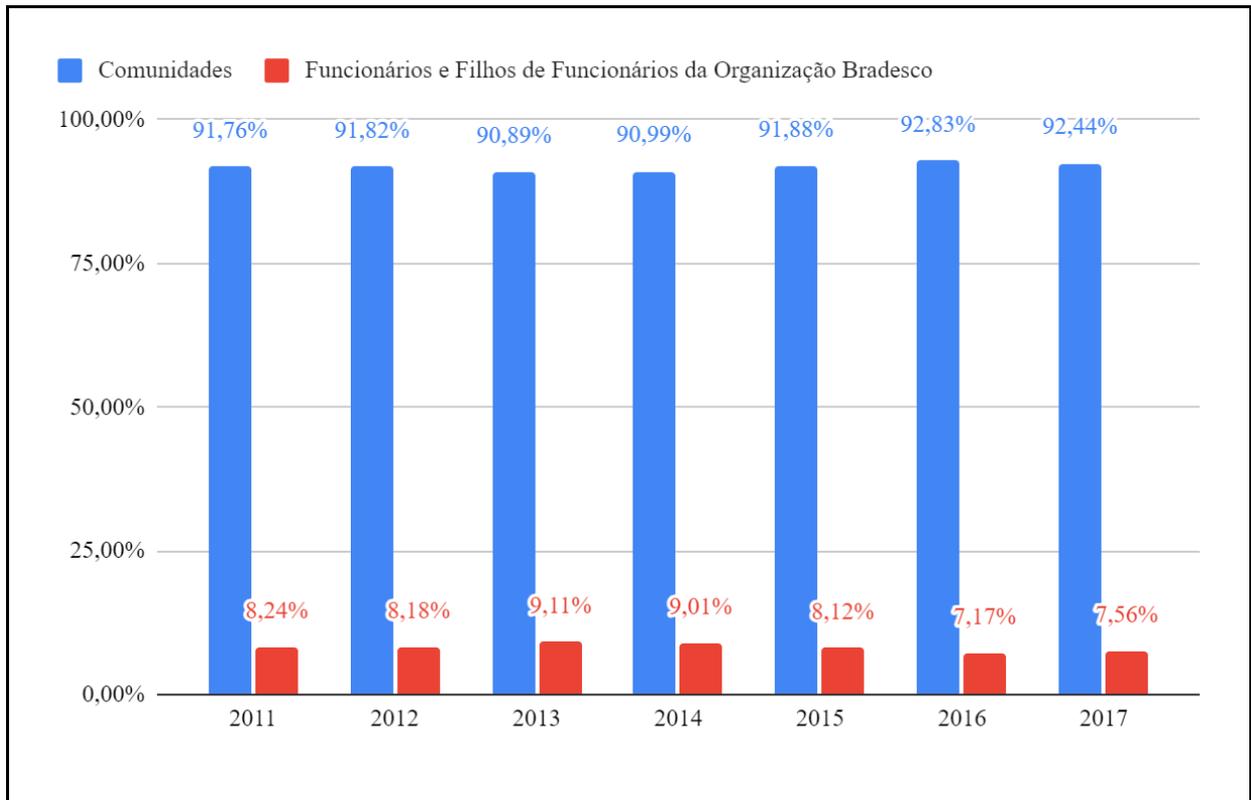
Tabela 2 – Total de Alunos Contemplados Pela Fundação de 2011 a 2017

Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total de Alunos	112.081	111.512	101.781	105.177	102.182	108.533	96.754

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco

Com o objetivo de elucidar as políticas de seleção de alunos atendidos faz-se necessário também avaliar o perfil socioeconômico deles. Sobre este aspecto, os Relatórios de Atividades, divulgam que, todos os anos, para fazer parte do corpo de alunos a seleção e a matrícula consideram a comprovação de residência em locais próximos aos colégios, que em sua maioria estão estabelecidos em comunidades, e fatores socioeconômicos como renda familiar que, embora não haja uma renda máxima permitida, alunos de menor renda possuem preferência na seleção, de acordo com a disponibilidade de vagas. Para isso, são realizadas análises de documentos e visitas domiciliares para que o cadastro seja efetivado e as informações certificadas. De acordo com estes critérios a abrangência da Instituição ao redor do país prioriza contemplar alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica; entre 2011 e 2017, o percentual mínimo de alunos residentes em comunidades foi de 90,89% (Fundação Bradesco, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017). No gráfico 3, de elaboração própria e com base nos dados divulgados pela Fundação, é possível perceber a proporção de alunos vulneráveis atendidos.

Gráfico 3 – Perfil Dos Alunos Por Vagas (%)



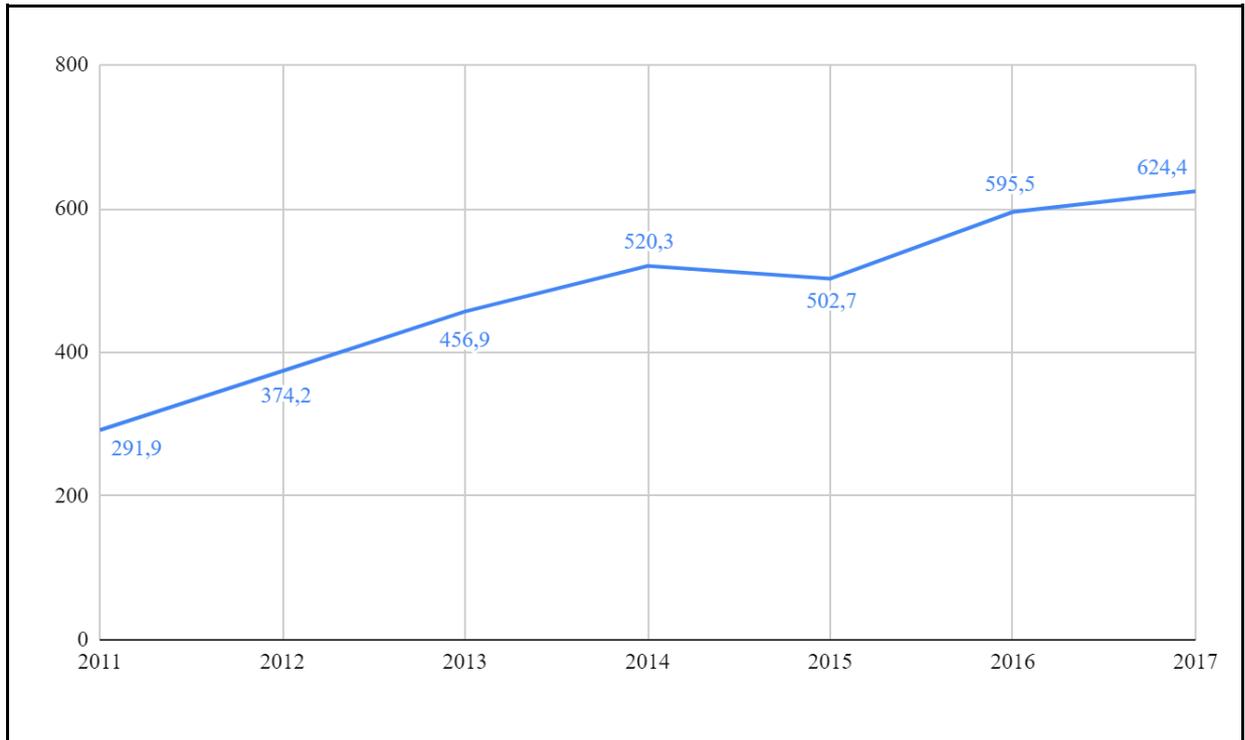
Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco

Os objetivos deste direcional estratégico institucional são a promoção da inclusão social por meio do conhecimento oferecido pela educação acadêmica e a conquista de bens duradouros, segundo as diretrizes estratégicas divulgadas pela Fundação em seus relatórios. Contudo, o oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes em áreas administrativas, da agropecuária, do setor de eletrônicos, do desenvolvimento de sistemas e de logística mostram que a Fundação também contempla os alunos com a possibilidade de escolha de uma direta inserção no mercado de trabalho via competências técnicas adquiridas neste processo de qualificação de mão de obra (Fundação Bradesco, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Em termos financeiros, de acordo com seu modelo de investimento social privado configurado como organização de direito privado sem fins lucrativos e mediante seu caráter educacional assistencialista, a Fundação Bradesco possui isenções tributárias constitucionais. Para a prestação de seus serviços, segundo o Relatório de Atividades de 2017, o investimento total para custear a Instituição em 2017 foi de R\$624 milhões, sendo R\$56 milhões para custear uniformes, alimentos, materiais e assistência odontológica, R\$85,5 milhões em infraestrutura e tecnologia e R\$357 milhões para salários e treinamentos do corpo de funcionários. Do

montante investido, 74,86% foram destinados, no ano em questão, aos segmentos da Educação Básica, por se tratar do foco de atuação da Fundação (Fundação Bradesco, 2017). No gráfico 4 é possível observar a evolução do montante investido na Fundação entre 2011 e 2017.

Gráfico 4 – Investimento Total Destinado Ao Custeio da Fundação (R\$ Milhões)



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco

A modelagem de investimento social privado adotada pela fundação, segundo o Relatório de Atividades da Fundação Bradesco (2017), é o *endowment*, modelo pelo qual os recursos são provenientes do próprio patrimônio da organização e de ativos financeiros e/ou participações societárias. Pelo fluxo financeiro significativo, a Instituição ainda conta com os mesmos recursos de gerenciamento de riscos da Organização Bradesco em geral, como políticas de controle interno, *compliance*, políticas anticorrupção e Comitês de Auditoria.

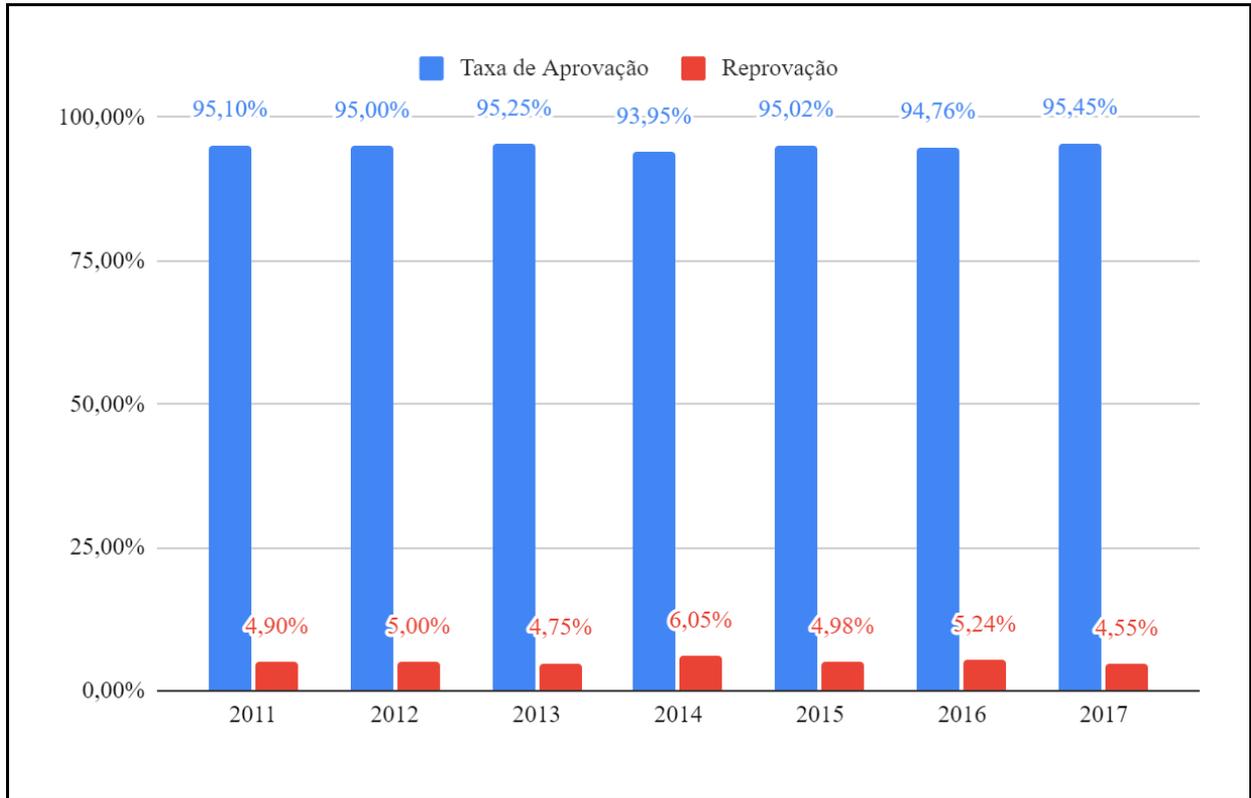
Em termos acadêmicos, a Fundação segue os princípios integrantes das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, mas em 2017 implantou diretivas que passaram a estabelecer um alinhamento entre os profissionais das unidades de ensino e os ideais e princípios da Fundação, por meio da aplicação de um direcional de ensino institucional que adota a teoria pedagógica de que o aluno deve ser “o autor de seu conhecimento e protagonista do

processo de aprendizagem”, segundo uma nota contida no Relatório de Atividades da Fundação Bradesco (2017) divulgado no mesmo ano.

A diretriz adotada pela Fundação considera as competências cognitivas propostas na Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como o domínio de linguagens, a compreensão de fenômenos, o enfrentamento de situações-problema, a construção da argumentação e a elaboração de propostas, e as adota em suas avaliações internacionais, mas também passa a considerar o desenvolvimento de competências socioemocionais como fator de atuação ao longo da vida escolar dos alunos. Em suas avaliações, a Fundação adota as diretrizes citadas estabelecendo uma matriz com base em componentes do conhecimento como Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (Fundação Bradesco, 2017).

Mediante a aplicação das diretrizes citadas anteriormente, observa-se que entre os anos de 2011 e 2017 a Fundação obteve uma taxa média de aprovação dos alunos de 94,93%, sendo que dos sete anos observados, em cinco a taxa foi igual ou superior a 95%, segundo os Relatório de Atividades da Fundação Bradesco (2013, 2014, 2015, 2016, 2017), como demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Taxa De Aprovação Geral Dos Alunos Da Fundação (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Bradesco.

Entretanto, para que estes resultados internos sejam dimensionados e para que a eficiência das diretrizes educacionais aplicadas e do investimento financeiro da Fundação sejam avaliados, os mesmos precisam ser contextualizados no cenário geral de educação no Brasil. Com isso, o capítulo seguinte procura avaliar os dados de desempenho dos alunos e a qualidade escolar, obtidos a partir da aplicação das diretrizes pedagógicas da Fundação, através de uma análise comparativa com os dados divulgados pelo Ministério da Educação em relação às escolas públicas e privadas a nível Brasil.

5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A FUNDAÇÃO BRADESCO E O ENSINO PÚBLICO

Com base nos dados de caracterização da Fundação Bradesco, observados no capítulo 4, nota-se uma ampla abrangência da Instituição em todo o território nacional. Contudo, para que a eficiência das diretrizes educacionais aplicadas e do investimento financeiro da Fundação sejam avaliados, faz-se necessário inseri-los no contexto educacional brasileiro, comparando-as ao desempenho obtido pela rede pública e privada de ensino no país. Deste modo, o presente capítulo visa desenvolver uma análise comparativa entre os principais dados de desempenho da Fundação e os dados divulgados pelo Ministério da Educação em relação às escolas públicas e privadas a nível Brasil.

5.1 AS SEMELHANÇAS ENTRE A FUNDAÇÃO E O ENSINO PÚBLICO

Como observado no capítulo 4, segundo os Relatórios de Atividades da Fundação Bradesco (2013, 2014, 2015, 2016, 2017) os critérios de abrangência da Instituição priorizam contemplar jovens e adultos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, residentes em comunidades e de baixa renda. Embora não exista uma faixa de renda específica para a seleção de alunos, como citado no capítulo anterior, a preferência é dada a candidatos de menor renda familiar, ou seja, do total de vagas disponíveis possuem preferência na seleção aqueles cujos rendimentos familiares foram mais baixos, desde que as visitas domiciliares e as informações declaradas certifiquem a veracidade das informações. Desta forma, a renda familiar dos alunos das escolas da Fundação é tradicionalmente menor que a valores do salário-mínimo, situação que vai de encontro ao fato de que a Fundação apresenta mais de 90% de seus alunos como sendo residentes de comunidades, como na amostra de 2011 a 2017 apresentada no capítulo 4.

Para exemplificar este cenário, em 2017 a renda domiciliar *percapita* média dos alunos da organização foi de R\$574,70, segundo a Fundação Bradesco (2017), ou seja, 45,32% do rendimento médio domiciliar *percapita* do Brasil, de R\$1.268,00, no mesmo ano (IBGE, 2018). Deste modo, é possível analisar que o perfil de alunos atendidos pela Fundação muito se assemelha ao perfil de escolares da rede pública de ensino, uma vez que, ela também atende a maioria dos alunos de baixa renda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE (2018), como mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição percentual (%) de alunos, por rede administrativa, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita, 2017

Classes	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Até 20%	36,4	8,3	40,7	7,6	29,2	4,3
Mais de 20% até 40%	28,2	14	27,7	13,3	28,3	8,9
Mais de 40% até 60%	19,5	18,5	18,4	18,7	22,7	15,5
Mais de 60% até 80%	11,4	20,3	9,5	21,9	13,6	22,2
Mais de 80%	4,4	38,9	3,7	38,5	6,2	49,2

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo IBGE em 2018

Mediante aos dados tabelados, pode-se observar que, segundo o IBGE (2018), na rede pública de ensino 36,4% dos alunos da Educação Infantil, 40,7% dos alunos do Ensino Fundamental e 29,2% dos alunos do Ensino Médio estão entre os 20% da população com menores rendimentos domiciliares *percapita*. Além disso, do quinto seguinte (de 20% a 40% com menores rendimentos), concentram-se 28,2%, 27,7% e 28,3% na rede pública Infantil, Fundamental e Média, respectivamente. Ou seja, a maior parte dos alunos pertencentes às duas classes da população com menor renda domiciliar *percapita*, estão concentrados em colégios públicos, fato que evidencia a semelhança do perfil socioeconômico destes alunos com os atendidos pela Fundação Bradesco.

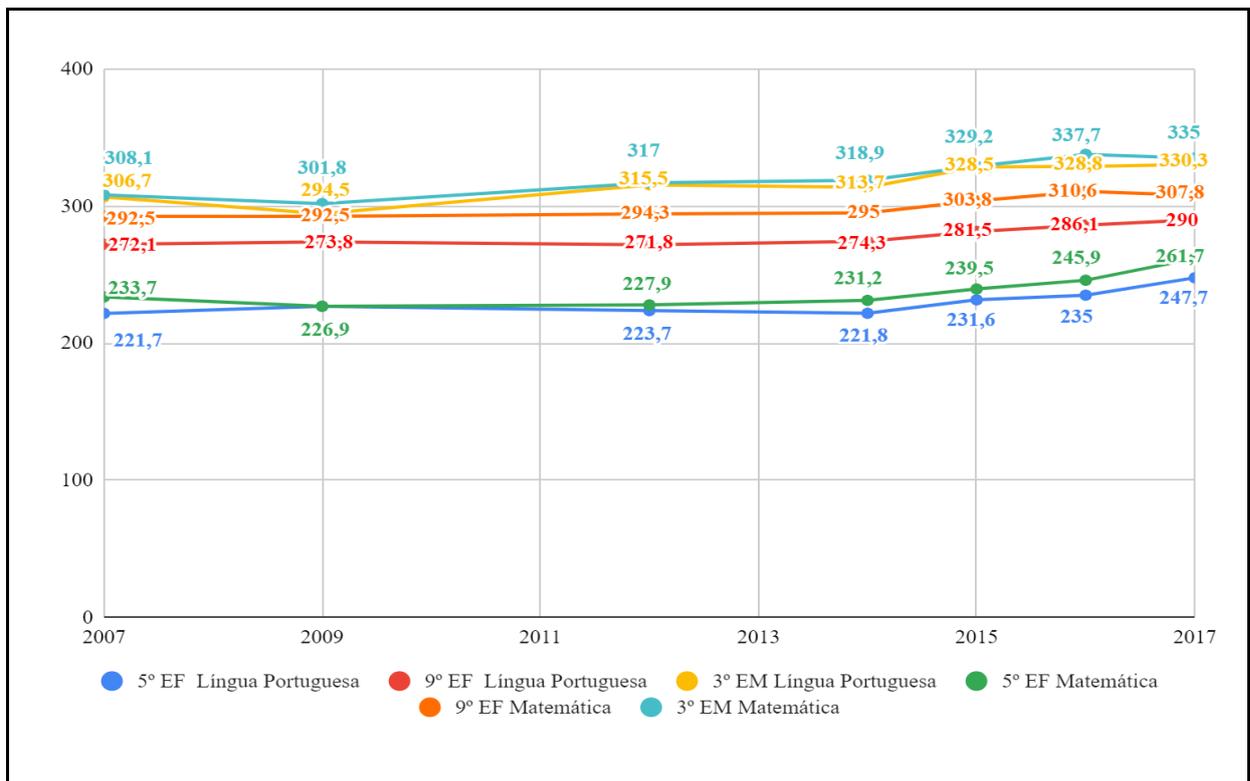
5.2 AS DISPARIDADES ENTRE A FUNDAÇÃO E O ENSINO PÚBLICO

Desde 2007 a Fundação Bradesco acompanha o desempenho acadêmico de seus alunos em relação a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, mediante a Avaliações Institucionais externas, além de questionários socioculturais, aplicados a aproximadamente 15.000 alunos. Elaborados pela Fundação Cesgranrio, os itens de prova aplicados na Fundação Bradesco são comparáveis, em termos de conhecimentos e habilidades, às do Saeb em Língua Portuguesa e Matemática, ou seja, o desempenho dos alunos é colocado nas escalas do

Saeb e passam a ter como padrão comparativo os resultados obtidos pelos alunos brasileiros, de colégios públicos e privados. Segundo a própria Fundação Cesgranrio, esses itens são testados em amostras significativas de alunos da Fundação Bradesco. Sobre a escala utilizada como padrão de mensuração dos resultados de avaliação dos alunos da Fundação Bradesco, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma série de avaliações aplicadas em larga escala, via testes e questionários, nas escolas brasileiras (majoritariamente em colégios públicos e de forma amostral na rede privada) que possibilitam que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) avalie o desempenho dos alunos brasileiros e analise quais as suas necessidades, de acordo com seu nível de aprendizado (INEP, Site Institucional).

Desta forma, postas as avaliações aplicadas pela Fundação Bradesco na escala Saeb, pode-se observar o desempenho dos alunos da Fundação em três níveis educacionais (5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º do Ensino Médio) e nas proficiências de Língua Portuguesa e Matemática, como demonstra o gráfico 6, baseado nos dados do Relatório da Fundação Cesgranrio, “A Evolução Do Desempenho Dos Alunos Da Fundação Bradesco E Sua Constatação Em Uma Avaliação Internacional No Ano De 2017” de autoria de Nilma Santos Fontanive (2019).

Gráfico 6 – Resultados da Avaliação Institucional Fundação Bradesco na Escala SAEB



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Cesgranrio

Segundo os dados avaliados, divulgados no relatório de Fontanive (2019), entre 2007 e 2017 a Fundação Bradesco apresentou melhora no desempenho de seus alunos em todos os níveis escolares e em todas as proficiências observadas, como mostra as variações expostas na tabela 4. Destaca-se ainda as variações positivas obtidas no 5º ano do Ensino Fundamental, em que a Fundação teve crescimentos de quase 12% no desempenho dos escolares.

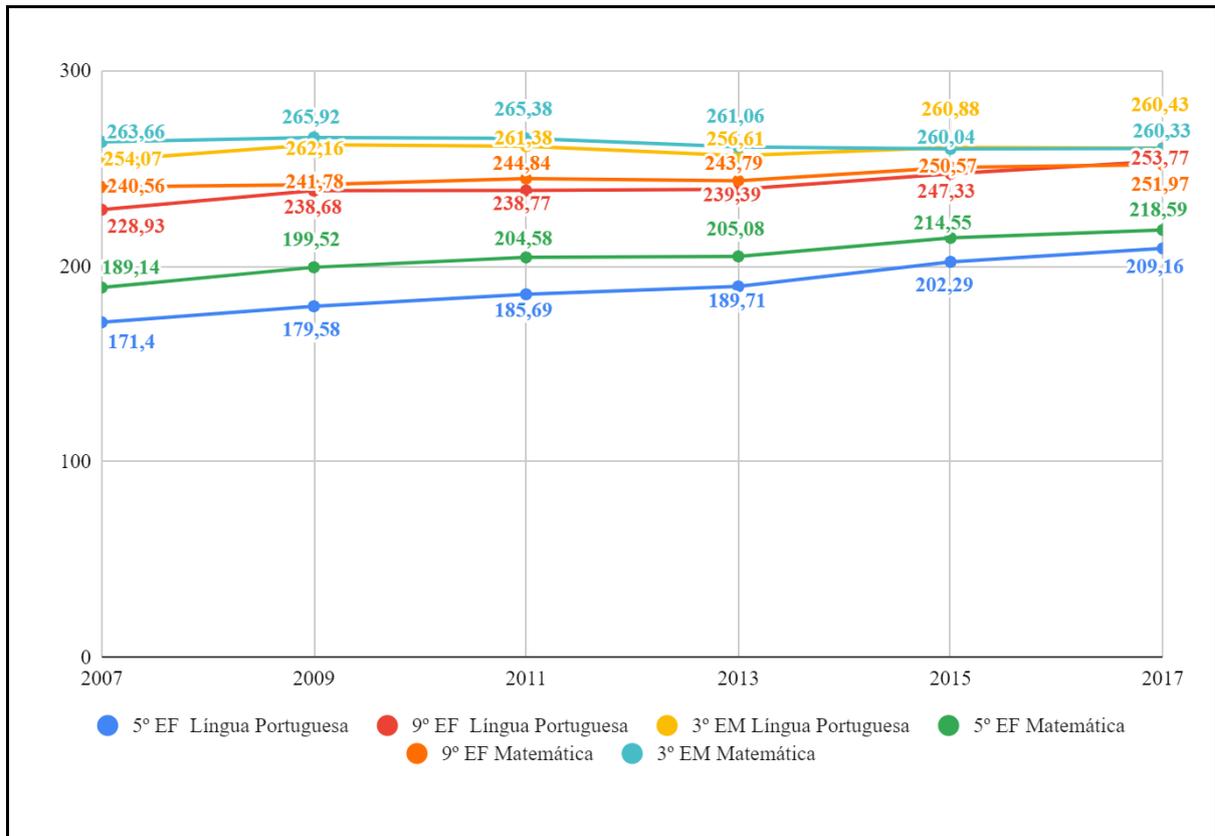
Tabela 4 – Variação dos Resultados da Fundação Bradesco entre 2007 e 2017

Disciplina	Série	Média	Variação
	5º Ensino Fundamental	229,77	11,73%
Língua Portuguesa	9º Ensino Fundamental	278,51	6,58%
	3º Ensino Médio	316,86	7,69%
	5º Ensino Fundamental	238,11	11,98%
Matemática	9º Ensino Fundamental	299,50	5,23%
	3º Ensino Médio	321,10	8,73%

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pela Fundação Cesgranrio

Objetivando comparar os dados da Fundação aos do ensino público, foram também avaliados os resultados do Saeb divulgados pelo MEC e Inep (2017) em relação ao desempenho das escolas públicas nas avaliações. Deste modo, é possível notar a superioridade numérica da Fundação, observada no gráfico anterior, em relação ao nível de aprendizado dos alunos da rede pública, como mostra o gráfico 7.

Gráfico 7 – Variação dos Resultados da Fundação Bradesco entre 2007 e 2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo MEC/Inep.

Embora apresentem resultados baixos para o 3º ano do Ensino Médio, os resultados de desempenho dos alunos da rede pública apresentam melhoria significativa para o 5º ano do Ensino Fundamental, chegando a 22% de crescimento em Língua Portuguesa. Entretanto, o que coloca o Ensino Público em patamares abaixo dos alcançados pela Fundação nos últimos anos da amostra (2015 e 2017), mesmo diante do expressivo crescimento, é o baixo desempenho apresentado pelo ensino público nos primeiros anos observados (2007 e 2009).

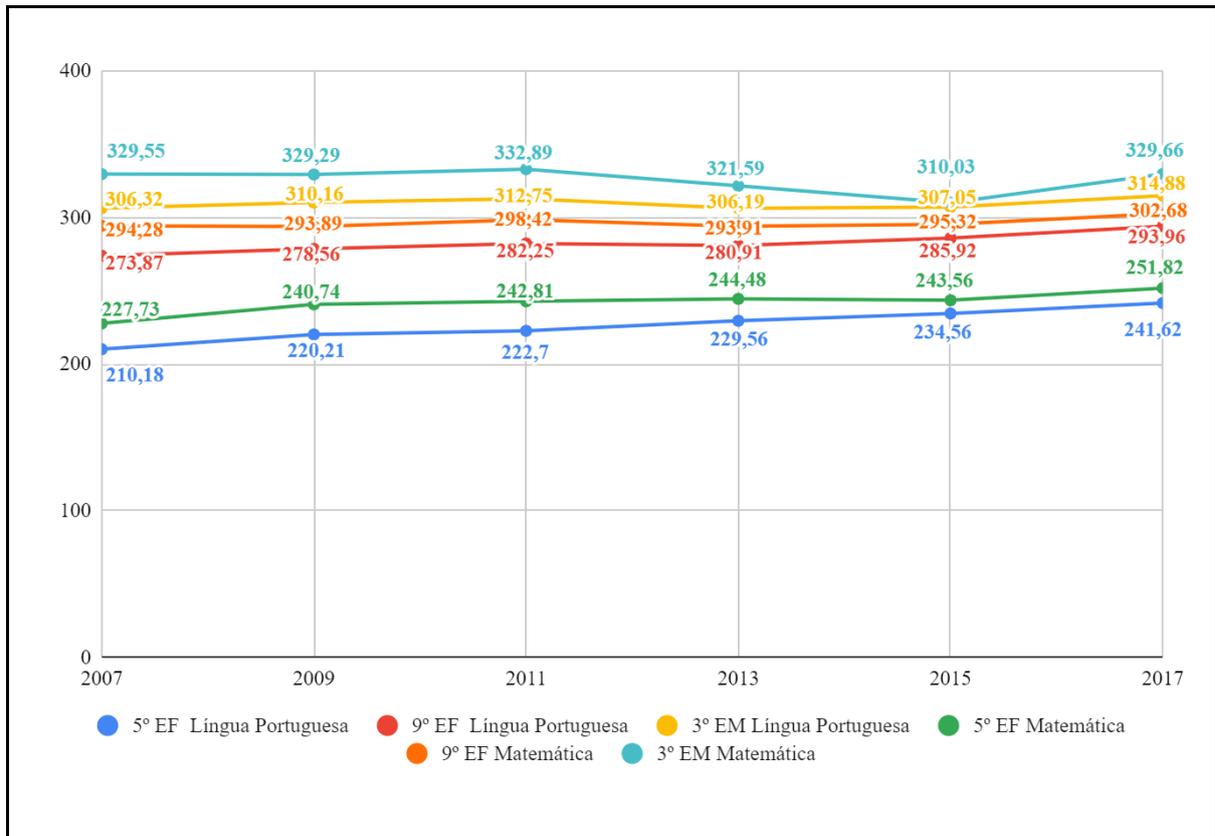
Tabela 5 – Variação dos Resultados do Ensino Público entre 2007 e 2017

Disciplina	Série	Média	Variação
	5º Ensino Fundamental	189,64	22,03%
Língua Portuguesa	9º Ensino Fundamental	241,15	10,85%
	3º Ensino Médio	259,26	2,50%
	5º Ensino Fundamental	205,24	15,57%
Matemática	9º Ensino Fundamental	245,59	4,74%
	3º Ensino Médio	262,73	-1,26%

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo MEC/Inep

Da mesma forma, de acordo com os dados divulgados pelo MEC e Inep (2017) também foram analisados, na elaboração própria do gráfico 8, os dados de desempenho da rede privada de ensino, também participantes, ainda que de forma amostral, das avaliações do Saeb. Mediante as observações, pode-se perceber que os colégios particulares também se distanciam do ensino público em relação ao desempenho escolar nas proficiências em questão. Além disso, os resultados dos escolares do setor privado muito se assemelham aos obtidos pela Fundação Bradesco, ainda que o perfil socioeconômico dos alunos seja tão discrepante, como evidencia a tabela 3.

Gráfico 8 – Média de Proficiências das Escolas Privadas na Escala SAEB



Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo MEC/Inep.

Quanto a variação destes dados, a tabela 6, elaborada com base em dados divulgados pelo MEC/Inep, mostra que a rede privada de ensino apresenta uma oscilação mais discreta, com taxa de crescimento superior a da Fundação Bradesco para o 5º e 9º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa, mas inferior nos demais níveis e proficiência. Isso se deve ao alto índice já apresentado pela rede privada nos primeiros anos observados.

Tabela 6 – Variação dos Resultados do Ensino Privado entre 2007 e 2017

Disciplina	Série	Média	Varição
	5º Ensino Fundamental	226,47	14,96%
Língua Portuguesa	9º Ensino Fundamental	282,58	7,34%
	3º Ensino Médio	309,56	2,79%
	5º Ensino Fundamental	241,86	10,58%
Matemática	9º Ensino Fundamental	296,42	2,85%
	3º Ensino Médio	325,50	0,03%

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo MEC/Inep.

Para melhor elucidar o comparativo entre a Fundação e as redes pública e privada de ensino, as tabelas 7 e 8 comparam os resultados da Fundação com cada rede de ensino e as compara entre si nos anos de 2007 e posteriormente 2017.

Tabela 7 – Comparativo: Fundação Bradesco, Escolas Públicas e Privadas em 2007

Disciplina	Série	FB/Públicas	FB/Privadas	Públicas/Privadas
	5º Ensino Fundamental	29,35%	5,48%	-18,45%
Língua Portuguesa	9º Ensino Fundamental	18,86%	-0,65%	-16,41%
	3º Ensino Médio	20,71%	0,12%	-17,06%
	5º Ensino Fundamental	23,56%	2,62%	-16,95%
Matemática	9º Ensino Fundamental	21,59%	-0,60%	-18,25%
	3º Ensino Médio	16,86%	-6,51%	-19,99%

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo Inep e Fundação Cesgranrio

Em relação ao comparativo entre os dados divulgados pelo Inep e a Fundação Cesgranrio, no ano de 2007, como mostra a tabela 7, numericamente pode-se observar que a Fundação Bradesco apresenta significativa vantagem em relação ao ensino público. As escolas da organização apresentam resultados em média 21,8% maiores que os colégios públicos, chegando a 29,35% no 5º ano do Ensino Fundamental para a proficiência em Língua Portuguesa. O mesmo pode se observar na relação entre a rede pública e privada de ensino, em que o ensino público apresenta uma desvantagem 17,8% em média, em relação ao ensino privado. Na relação entre o desempenho da Fundação e os colégios particulares, nota-se relativo equilíbrio.

Tabela 8 – Comparativo: Fundação Bradesco, Escolas Públicas e Privadas em 2017

Disciplina	Série	FB/Públicas	FB/Privadas	Públicas/Privadas
	5º Ensino Fundamental	18,43%	2,52%	-13,43%
Língua Portuguesa	9º Ensino Fundamental	14,28%	-1,35%	-13,67%
	3º Ensino Médio	26,83%	4,90%	-17,29%
	5º Ensino Fundamental	19,72%	3,92%	-13,20%
Matemática	9º Ensino Fundamental	22,16%	1,69%	-16,75%
	3º Ensino Médio	28,68%	1,62%	-21,03%

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo Inep e Fundação Cesgranrio

De acordo com o comparativo entre os dados divulgados pelo Inep e a Fundação Cesgranrio no ano de 2017, como mostra a tabela 8, a tendência de vantagem dos resultados da Fundação em relação aos colégios públicos é mantida, assim como a superioridade numérica das escolas privadas em relação às públicas. A maior divergência reside na observação de que, ao final dos dez anos avaliados, a Fundação conseguiu superar o desempenho das escolas privadas em quase todos os níveis e proficiências, exceto no 9º ano do ensino fundamental na proficiência em Língua Portuguesa.

Além dos dados de desempenho observados, a Fundação tem ampla vantagem sobre o ensino público no que tange a aprovação dos alunos em todos os níveis da educação básica.

Ao comparar as taxas de aprovação dos alunos divulgadas pelos Relatórios Anuais de Atividades pela Fundação Bradesco (2013, 2014, 2015, 2016, 2017), já observadas no capítulo 4, com as taxas de aprovação publicadas pelo Inep (2019) referente aos anos de 2011 a 2017, observa-se que, enquanto a Fundação apresenta uma média de 95,21% de aprovação neste período, a taxa de aprovação média das escolas públicas é de 84,73% ao longo dos seis anos. Nota-se mais uma vez um equilíbrio na relação entre os dados de aprovação da Fundação e as taxas da rede particular de ensino, que apresenta uma média de 95,88% de aprovação ao longo dos anos de 2011 a 2017, conforme evidenciado pela tabela 9.

Tabela 9 – Taxa de Aprovação Educação Básica: Fundação Bradesco, Escolas Públicas e Privadas

Ensino	Série	2011	2013	2015	2017
	EF 1	90,20%	91,80%	92,20%	93%
Pública	EF 2	81,80%	83,70%	84,10%	85,50%
	Ensino Médio	75,20%	78,10%	79,80%	81,40%
	EF 1	97,70%	97,80%	98,10%	98,60%
Privada	EF 2	94,50%	94,60%	95,30%	96,50%
	Ensino Médio	93,40%	93,80%	94,50%	95,70%
	Média Geral EB	82,40%	84,53%	85,37%	86,63%
Privada	Média Geral EB	95,20%	95,40%	95,97%	96,93%
Fundação Bradesco	Média Geral EB	95,10%	95,25%	95,02%	95,45%

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo Inep e Fundação Bradesco

Entretanto, apesar dos índices desempenho e aprovação da Fundação Bradesco serem superiores aos do ensino público, um comparativo entre o investimento divulgado pelos Relatórios Anuais de Atividades pela Fundação Bradesco (2013, 2014, 2015, 2016, 2017) e o investimento público direto em educação por estudante em valores nominais, divulgados em um

dos relatórios de Indicadores Financeiros Educacionais pelo Inep (2020), mostram que o montante investido por aluno no período de 2011 a 2017 nas escolas públicas de educação básica são superiores ao total investido por aluno pela Fundação no mesmo período, conforme mostra a tabela 10.

Tabela 10 – Investimento por Aluno da Educação Básica em Valores Nominais (R\$)

Invest./Aluno	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fundação Bradesco	2.604	3.356	4.489	4.947	4.920	5.487	6.453
Pública	4.229	4.856	5.495	5.935	6.381	6.710	6.823

Fonte: Elaboração própria com base em dados divulgados pelo Inep e Fundação Bradesco

Desta forma, faz-se necessário compreender os motivos pelos quais, mesmo recebendo um investimento financeiro por aluno superior, o ensino público apresenta resultados inferiores aos da Fundação Bradesco. Deste modo, a partir da investigação dos fatores hipotéticos que levam a educação pública a um estado deficiente, torna-se possível avaliar, por meio de uma proposta de intervenção, de quais maneiras a Fundação pode refletir aspectos positivos de sua dinâmica operacional que, se aplicados a rede pública de ensino, podem contribuir para a viabilização de políticas públicas de educação que solucionariam os déficits educacionais do Estado brasileiro.

5.3 A AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA NA ESCOLAS E A GARANTIA DA ALOCAÇÃO EFICIENTE DE RECURSOS

Bem como observado na contextualização histórica do cenário de educação brasileiro feita no capítulo 2, segundo Marinete Silva (1980) e Hilsdorf (2003), em meio a diversas mudanças no tecido social nos anos de 1930 e 1940, o governo chefiado por Getúlio Vargas, visando reestruturar a imagem do regime instaurado, passa a criar diversas instituições federais voltadas para a estruturação administrativa da educação e leis que passaram a tangenciar o setor; o objetivo, segundo as autoras, seria materializar um sistema plenamente centralizado e articulado. Embora diversos fatores ao longo do tempo, como os descritos no capítulo 2, te-

nham sido responsáveis pela configuração do sistema educacional brasileiro, muitas das características das décadas de 1930-40 permanecem vigentes até o século XXI. É o que se pode provar com base na observação de Moreira e Vieira (2020) ao tratarem sobre as dificuldades da descentralização dos recursos destinados à educação, algo que impede o aumento da autonomia financeira das escolas públicas no Brasil.

Com base na observação deste tema, é possível notar que a autonomia financeira das escolas é uma característica que distingue as públicas da Fundação Bradesco. Deste modo, o cenário comparativo que coloca a Fundação Bradesco em patamares superiores ao ensino público, no que diz respeito ao desempenho escolar, pode estar correlacionado à autonomia da gestão financeira no âmbito escolar. Isso porque, embora a autonomia financeira das escolas esteja garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996.), Moreira e Vieira (2020) entendem que ainda nos anos próximos a 2020, o volume de sistemas educacionais públicos que de fato apresentam uma autonomia financeira efetiva são baixos; dentre os fatores elencados pelos autores estão a falta de preparo em finanças públicas, por parte dos educadores, a não descentralização dos recursos, por parte dos gestores públicos, e a falta recursos propriamente dita.

Ao relacionar este tema com os resultados de desempenho escolar da Fundação Bradesco e dos colégios públicos, pode-se salientar o que foi observado pela Nota Técnica do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, (RIO GRANDE DO SUL, 2023). Segundo a nota, Viana e Camargo (2016) analisam o Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF), da Prefeitura de São Paulo, um projeto de repasse direto de recursos para as escolas do município, e concluem que este modelo de transferência direta contribui para o funcionamento das escolas e melhora a qualidade do ensino podendo ser pensados como políticas públicas de educação. Desta forma, para eles, este formato implica em melhorias à medida que ocorrem:

Para garantia da operação cotidiana satisfatória das instituições de ensino e de sua infraestrutura; para que haja possibilidade de implementação dos projetos pedagógicos, assegurando recursos financeiros para que seus princípios sejam concretizados; e para o fortalecimento da democracia e para a formação de cidadãos, já que a utilização dos recursos descentralizados tem como condição sine qua non a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão sobre como e o que fazer com o dinheiro repassado. (Rio Grande do Sul, 2023, p. 3 apud Viana e Camargo, 2016, p. 3 – 4).

Deste modo, baseado no modelo autônomo de gestão financeira da Fundação Bradesco, referenciado em sua modelagem de investimento privado, como descrita no capítulo 4, pode-se observar que a organização se distancia do modelo de investimento público a medida que apresenta maior versatilidade na destinação dos recursos, garantindo que as necessidades surgidas para manutenção da operação diária sejam supridas com maior agilidade, sem a dependência dos trâmites burocráticos de requisição dos recursos centralizados nas mãos dos gestores públicos, como observado na rede pública de ensino. Além disso, o modelo autônomo de investimento educacional praticado pela Fundação garante que a implementação de projetos pedagógicos de aprimoramento do desempenho escolar seja efetivada, sem que o projeto fique sujeito a conflitos de interesses entre os entes governamentais.

É possível, portanto, avaliar a possibilidade de aprimoramento das políticas públicas de educação através da destinação direta de recursos às entidades escolares públicas, visando concedê-las maior autonomia na gestão de seus recursos, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a fim de garantir que o gerenciamento estratégico das finanças da escola e a consolidação de projetos pedagógicos de aprimoramento de desempenho escolar possam ser administrados mediante maior agilidade na aplicação dos recursos, assim como ocorre no modelo de investimento escolar da Fundação Bradesco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos cenários abordados, a presente análise teve por objetivo expor o desempenho acadêmico obtido pelos alunos da Fundação Bradesco em avaliações institucionais, comparando-os às realizadas nos estudantes dos colégios públicos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Essa exposição, por sua vez, foi realizada visando estimar de quais formas a estrutura de investimento social privado em educação adotado pela Fundação contribui para viabilizar o progresso dos resultados obtidos pelos estudantes da rede pública de ensino, contemplados por políticas públicas de investimento educacional.

Para isso, foi desenvolvida uma análise descritiva do tema, de abordagem quali-quantitativa, através de uma metodologia hipotético-dedutiva. Desta forma, para o objetivo visado foram analisados o contexto histórico da educação brasileira, a formatação dos investimentos sociais privados que conceituam o termo e a caracterização da Fundação Bradesco no século XXI, bem como, foi realizada uma análise comparativa entre os resultados avaliativos obtidos pela Fundação Bradesco e os resultados obtidos pela rede pública de ensino.

Assim sendo, mediante a necessidade de compreensão dos fatores que permitem que a Fundação obtenha resultados superiores aos do ensino público e a necessidade de se observar como esse modelo privado pode contribuir para a viabilização das políticas públicas voltadas para o aprimoramento acadêmico nas escolas, avaliou-se a Fundação como exemplar de gestão financeira escolar autônoma. Como resultado, concluiu-se que o modelo de investimento social privado da Fundação Bradesco contribui para a viabilização do progresso dos indicadores de desempenho em relação ao aprendizado dos estudantes, almejado pela maioria das políticas públicas de educação no Brasil, a medida que a formatação de gestão financeira autônoma e descentralizada nos investimentos da Fundação, apresenta-se como um exemplar para uma estruturação de políticas públicas que reformulem o modo de destinação de recursos e verbas para as escolas. Essa conclusão foi possível mediante a observação dos resultados comparativos superiores da Fundação, que refutaram a hipótese de que as condições socioeconômicas dos estudantes são fatores determinantes para o desempenho acadêmico e reforçaram a possibilidade de que a alocação descentralizada de recursos permite o progresso da unidade escolar e o desempenho de seus alunos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. **Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/25425>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BARBANTI, Maria Lucia Spedo Hilsdorf. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens**. 1977. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000721273>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BARROS, R. S. M. **Diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Pioneira, 1960. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002277519>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BEISIEGEL, C. R. **Educação e Sociedade no Brasil após 1930**. FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Educação Brasileira**, 2ª ed. v. 11. Difel Editora, 1984.
- BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. **Fundamentos de Investimentos**. Tradução Beth H. 10º. ed, AMGH Editora, 2014.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 out. 2023.
- BRASIL. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 26 out. 2023.
- CARVALHO, M. M. **A Escola e a República**. 1ª ed. São Paulo. Brasiliense Editora, 1989.
- CUNHA, C. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. 2ª ed. São Paulo. Cortez e Autores Associados Editora, 1989.
- CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na República populista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fr. Alves Editora, 1983.
- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 1984.
- FAUSTO, B. **A Revolução de Trinta: historiografia e história**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras Editora, 1997.
- FONSECA, C. **Educar para o futuro: Fundação Bradesco 50 anos: 1956-2006**. São Paulo: Museu da pessoa, 2007. 232 p. Disponível em: <https://museudapessoa.org/acoes/educar-para-o-futuro-fundacao-bradesco-50-anos-1956-2006/>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- FONTANIVE, N. **O desempenho dos alunos da Fundação Bradesco: uma comparação com os resultados do Saeb**. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/ae194120082074>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FRANTZ, M. G.; ALVES, T. **Proposta de um Indicador de Rotatividade Docente na Educação Básica. Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/RWKKK7wSMsdDqZPZFkkQGSP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo. 1ª ed. Abril Cultural Editora, 1984.

GHIRALDELLI, P. **Filosofia e História da Educação Brasileira: da Colônia ao Governo Lula**. 2ª ed. Manole Ltda Editora, 2009.

GOMES, A. C. (org.). Capanema: **o ministro e seu ministério**. 1ª edição. Rio de Janeiro/Brasília: FGV/USF Editora, 2000.

Haidar, M. L. M. e TANURI, L. M. **A Educação Básica no Brasil**. Aa.Vv. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. 2ª ed. São Paulo. Pioneira Editora, 1998.

HILSDORF, M. L. Spedo. **História da Educação Brasileira**. 1ª ed. Cengage Learning Edições Ltda Editora, 2003.

IBGE - PIB por região 2017 - Contas Regionais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26025-contas-regionais-2017- apenas-rio-de-janeiro-sergipe-e-paraiba-tiveram-queda-de-volume-no-pib>. Acesso em: 21 nov. 2023.

IBGE - Pobreza por região 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 21 nov. 2023.

IBGE - População 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>. Acesso em: 21 nov. 2023.

IBGE Rendimento per capita. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Ideb, Saeb e Taxa de Aprovação Pública e Privada. Resultados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Indicadores Financeiros Educacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 21 nov. 2023.

JAIME, P. **O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil**. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6794/0>. Acesso em: 29 out. 2023.

MELO RICO, Elizabeth. **O Empresariado, a Filantropia e a Questão Social**. 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_07.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

MICELLI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. 1ª ed. São Paulo. Difel Editora, 1979.

MILAGRES, D.M. **Incentivos Fiscais**. 1986. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/60197>. Acesso em 29 out. 2023.

MILANO FILHO, M.A. **Responsabilidade Social E Investimento Social Privado: Entre O Discurso e a Evidenciação**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/s9wb6LBB5F8W45W7kGcJVQq/>. Acesso em: 29 out. 2023.

Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2018-pdf/81861-divulgacao-censo-2017-vi-pdf/file>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MOREIRA, A. N.; VIEIRA, S. L. **Autonomia financeira da escola: o estado da questão**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, n. 49, p. 476-504, 2020.

NOGUEIRA, F.A.; SCHOMMER, P.C. **Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção**. 2009. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/quinze-anos-de-investimento-social-privado-no-brasil-conceito-e-praticas-em-construcao>. Acesso em: 29 out. 2023.

O desempenho dos alunos da Fundação Bradesco: uma comparação com os resultados do Saeb. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/143328.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. M. **As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Ms7rqgdwYhBLP7q5ZTYjLhb/>. Acesso em: 26 Out 2023.

PAGOTTO, L. M.; BELINKY, A.; MACEDO, F.; YAMAHAKI C. **Entre o público e o privado caminhos do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio**. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18401>. Acesso em: 29 out. 2023.

Parceria Público-Privada | MG.GOV.BR. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/planejamento-e-orcamento/parceria-publico-privada/parceria-publico-privada>. Acesso em: 29 out. 2023.

PEREIRA, D.; PEREIRA, E. **Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 72–89, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639807. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807>. Acesso em: 29 out. 2023.

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. **Investimento Social Privado: O Papel das Fundações Corporativas na Gestão das Políticas Sociais**. 2011. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/396/445>. Acesso em 29 out. 2023.

PIERI, R. **Retratos da Educação no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Quem é o GIFE – Grupo de Investidores Sociais do Brasil. Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/#:~:text=O%20GIFE%20%C3%A9%20uma%20associa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 26 nov. 2023.

Relatório de Atividades | Fundação Bradesco, 2013. Disponível em: https://fundacao.bradesco/Content/Documents/Relatorio_de_atividades_2013_PT.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

Relatório de Atividades | Fundação Bradesco, 2014. Disponível em: https://fundacao.bradesco/Content/Documents/Relatorio_de_atividades_2014_PT.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

Relatório de Atividades | Fundação Bradesco, 2015. Disponível em: https://fundacao.bradesco/Content/Documents/Relatorio_de_atividades_2015_PT.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

Relatório de Atividades | Fundação Bradesco, 2016. Disponível em: https://fundacao.bradesco/Content/Documents/Relatorio_de_atividades_2016_PT.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

Relatório de Atividades | Fundação Bradesco, 2017. Disponível em: https://fundacao.bradesco/Content/Documents/Relatorio_de_atividades_2017_PT.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **NOTA TÉCNICA Nº 71, DE 25 DE JANEIRO DE 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

SARMENTO, J.M. **Parcerias Público-Privadas**. 2º. ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos Editora, 2013.

SILVA, M. S. **A educação brasileira no Estado Novo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Livramento/Panorama, 1980.

Síntese de Indicadores Sociais | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=23289&t=resultados>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SPÓSITO, M. **O povo vai à escola**. 1ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 1985.

VIANA, M. P.; CAMARGO, R. B. **Recursos financeiros transferidos diretamente às escolas públicas: por que precisamos defender e aprimorar esta ideia?** 2016. Disponível em: https://anpae.org.br/iberoamericano2016/publicacao/cntnt/artigos/eixo_4/E4_A31.html. Acesso em: 21 nov. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. **História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)**. Revista Brasileira de História, vol. 23, nº 45. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tDdpKPbzPmprhd9Pz5VMQHH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.